

O CORREIO

DIRECTOR

Jorge Santos

SEMANARIO MONARCHICO

EDITOR

João de Sá Sotto-Maior Pizarro

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

Rua Passos Manoel, 177-1.º-Porto

Proprietario — MARIO ANTUNES LEITÃO

1.º ANNO = N.º 21 = AVULSO 20 REIS

Sabbado, 26 de Abril de 1913

ASSIGNATURAS — Portugal, Ilhas e Colónias: serie de 50 n.ºs, 15000 reis — Serie de 26 n.ºs, 500 reis. Estrangeiro: (Países da União Postal) serie de 50 n.ºs, 15 francos (ou 25000 reis). Serie de 26 n.ºs, 8 francos (ou 14000 reis. Brazil: serie de 50 n.ºs, 65000 reis (moeda brasileira). Sendo a cobrança feita pelo correio, accresce 60 reis para Portugal, Ilhas e Colónias, e 50 centimos (ou 100 reis) para o estrangeiro.

ANUNCIOS — Na secção de annunciões 50 reis a linha. Nas outras paginas: contracto especial.

Composto e impresso na Typographia de A. J. da Silva Telles, Successor de Officinas movidas a electricidade — Rua da Canelelha Velha, 70-1.º-PORTO.
Agente em Paris: Alvaro Pinheiro Chagas — 6, Rue Duban
Agencia em Lisboa: Largo da S. Paulo, 12

SUMMARY

O casamento d'El-Rei. — AYNES D'ORNELLAS. D. Constança Telles da Gama. Notas d'um Lisboaeta. — ANSELMO. Echos. A Segunda Incurião Monarchica. — JOAQUIM LEITÃO. A Igreja e o Editto de Milão. — AYNES D'ORNELLAS. Os bons tempos da tropa. — SATURIO PIRES. A Africa Portuguesa. — EDUARDO LUPI. As duas Escolas. — G. FRAZÃO PACHECO. Nas cadeias da Republica. — O Padre Avelino de Figueiredo. Deus Patrias? — HENRIQUE DE PAIVA COUCHEIRO. Carta de Lisboa. — RAUL. Semana mundana.

doença da Nação, uma crise á qual a forte vitalidade do Paiz saberá ainda sobressahir. Tornou-se ainda visivel ao mundo que Portugal, tal como a Monarchia o fez e o deixou, faz falta ao equilibrio.

Sendo preciso Portugal, é precisa a Monarchia, porque um sem o outro elemento, se não comprehendem.

D'esta verdade cominha até os dirigentes de Lisboa se aperceberam já. E só tem para lutar contra ella, só encontram no desvario da derrota, o espectro do *Estrangeiro!* A Monarchia restaurada pelo estrangeiro! Que parvoçada torpe! Que singular contradição entre esses termos! A Monarchia volta, por isso mesmo que ella é que é nacional; volta, porque o seu regresso é a expressião imperiosa da Vontade Popular; volta, porque o Paiz não quer morrer nem afundar-se no lodagal d'ignominia que o regimen actual abria.

E' isto e mais nada. E bem o sabem os do governo de Lisboa. E se não, porque não é consultado o Paiz? Quando os emissarios da Revolução foram a Londres, mentiram! A mentir tem passado a Republica a sua existencia. Mas da mentira nada se cria, e já o mundo sabe e vê o que é tal mentira. Neste ponto está o *Estrangeiro* elucidado, não tenha a Republica duvida. A atmosphera que ella soube criar de antemão, e que a tornou possivel, desapareceu com o temporal de barbaridades e d'insanias desenvolvido em Lisboa. A Republica de Lisboa, hoje, no *Estrangeiro*, é outra coisa que não essa da manhã de cinco d'outubro. Mas isso deve-o a mesma Republica a si propria e a mais ninguém.

A Monarchia, essa, está, e ficou onde estava: incarnando e representando os interesses, todos os interesses nacionaes. Simplesmente, no cinco d'outubro, o *Estrangeiro* não o via assim. E hoje vê o claramente, e diariamente o affirma. Mais nada.

Paris — Abril — 913.

Aynes d'Ornellas.

No proximo numero publicaremos um esplendido retrato da princeza Augusta Victoria de Hohenzollern, a noiva de El-Rei.

A antecedencia com que tem de ser feito o nosso jornal e a imprevista demora na recepção da photographia, não nos permite que já n'este numero publiquemos o retrato da futura Rainha de Portugal, e as informações biographicas com que desejamos acompanhá-lo.

D. CONSTANÇA TELLES DA GAMA

A mania individualista, o peor mal de que enfermam as sociedades modernas, matou as individualidades. Não nasce, fructifica e se desenvolve uma planta fóra do seu meio natural, arrastada a semente pelo vento do temporal. A planta-homem necessita, para crescer

n'uma arvore frondosa, enraizar-se ao solo da patria pela força da tradição, vivificár-se pela seiva da vida nacional, harmonicamente equilibrada. E entro o mais assolador furacão, o vendaval mais defeito, só serve para attestar a energia sobranceira do roble.

D'elle necessita para viver a floresta. Sem a sua sombra protectora desaparece a tenra e mimosa planta ao sopro ardente do Norte queimador.

E é essa função para assim dizer social, que desperta a um tempo a nossa admiração e o nosso respeito por um d'esses magnificos exemplares que parecem traduzir aos nossos olhos a força tranquilla e a serena duração dos seculos!

No temporal de insanias, assolador de destruição, que tem abalado até ao alicerce a velha Patria Portuguesa, mais que em qualquer outra das revoluções modernas, se tem feito sentir a falta d'essas personalidades que nas crises nacionaes mais representativas se tornam das antigas qualidades da raça. Com sombrio espanto se procurava em vão alguma figura que sobressahisse do nivel a que tudo parecia reduzir-se.

Sentia-se ansiosa esta necessidade de admirar, esta carencia de olhar para o alto, esta falta d'algum ideal substanciado em *alguem*, sem o que uma raça não só não progride, mas nem sequer vive.

Cumbe a uma Senhora, dar-nos tudo isso! Bem dita seja ella! Não lhe vimos aqui trazer apenas o sentimento da nossa admiração: ha muito que a conhecemos. Mas queffermos sobretudo e principalmente significar-lhe o preito sincero da nossa gratidão. Ora graças a Deus que temos *alguem* a quem admirar na nossa terra Portuguesa! E esse claro de luz que com Ella nos vem illuminar as trevas do presente, despertou ainda a Confiança.

E' vér, pelo pouquissimo que a Imprensa pôde dizer, o que foi em volta do seu nome o movimento da Opinião Publica. A essa força deveu Ella, e nunca ao chamado Tribunal, a sua liberdade; d'esta se utilizou immediatamente para continuar e proseguir na sua tarefa sagrada. Não esmoreceu, nem abateu. Seguiu com a mesma serena tranquillidade no aspero caminho do dever. E' tambem uma lição. E por isso ainda lhe somos tão gratos.

Paris, Abril 1913.

Notas d'um Lisboaeta

Não haja receio

Porque o sr. Teixeira de Sousa desatou de repente a fugir lá pelas terras transmontanas, onde se acoitou, já varias gazetas republicanas bradam espavoridas que os monarchicos querem fazer mal ao homem.

Não haja receio. Ninguém quer balir com a creatura, e nenhum monarchico tem interesse em que se lhe não prolongue a vida por muitos e dilatados annos, em companhia de quem mais estima.

Já que vive... que continue vivendo e que a ignominia da sua vida seja completada pela ignominia de uma morte tardia e tranquilla, como demonstração de que nem a sua vergonha lhe encurtou os dias, nem o remorso de ter feito perder vidas, que valiam muito mais que a sua, lh'os amargurou tanto que os encurtasse elle proprio.

Desviemos os olhos d'essa miseria, e reconfortemos o espirito enlameado-nos na recordação d'aquelles que, n'uma sublime abnegação, em plena e exuberante mocidade, sacrificavam a vida, enquanto esse rijo latagão de cabellos brancos architectava episodios grotescos de fusilamentos de abas de frack, ou sirandava por terras de Hespanha a dizer graçolas aos creados das fondas.

Descansem que ninguém quer fazer mal ao homem!...

Anselmo.

ECHOS

Dementido

Pessoa da nossa inteira confiança e fazendo parte do pessoal d'esto semanario communicou-nos do Porto, em data de 16 de Abril, o seguinte:

Corre aqui entre boças de politicos monarchicos que uma boa parte das importantes sommas que tem ido para o estrangeiro se destinam a ser pedidas para sustentar o «Correio» e homens como Alvaro Pinheiro Chagas, Anibal Soares e Joaquim Leitão.

Os politicos monarchicos que tal espalham, sobre fazerem uma affirmação absolutamente falsa, praticam uma indocorosa garrotes, pois que ajeitam nos seus boatos inventados com intentos desagradaveis, tres pessoas que, nada devendo á politica, foram contudo aquelles que, logo em seguida á proclamação da Republica, primario se apresentaram a lutar pela causa monarchica, e isto quando quasi todos esses politicos monarchicos entendiam e progavam que nada havia a fazer senão adherir ao novo regimen ou aceitar simplesmente os factos consummados.

A esses politicos que taes garrotes espalham temos a dizer que o semanario monarchico *O Correio* foi fundado com a quantia de cincocontos mil reis, subscripta particularmente por oito amigos pessoas dos seus redactores, e que nunca pediu, nunca accouto e nunca recebeu qualquer auxilio, qualquer subsidio ou qualquer quantia nem do comité monarchico, nem de qualquer representante da causa monarchica.

Mas há mais. Recentemente o comité monarchico offereceu ao sr. Alvaro Pinheiro Chagas um auxilio financeiro que lhe permittisse assegurar e desenvolver a publicação do *Correio* e o sr. Alvaro Pinheiro Chagas respondeu ao delegado do comité que não accetava para o jornal, como nunca accetára para si, qualquer auxilio da causa monarchica, embora não considerasse deshonroso nem para elle nem para o jornal o ser auxiliado pela causa.

Recusava, e recusou sempre qualquer auxilio, por desejar que a publicação do *Correio* só fosse assegurada pelos recursos do proprio jornal e, quando isso fosse necessario, pelo auxilio particular de amigos pessoas dos seus redactores.

Comquanto não tivossemos tido occasião de fallar sobre este assumpto com o nosso querido amigo e presaleo collega, sr. Dr. Anibal Soares, sabemos que estas declaracões a respeito do *Correio*, as podemos fazer tambem a respeito da sua brilhante *Chronica do Escilio*, que Anibal Soares tem publicado sem qualquer auxilio do comité ou da causa monarchica, como sabemos poder dizer tambem que tanto elle, como o sr. Alvaro Pinheiro Chagas e o sr. Joaquim Leitão exclusivamente dos seus recursos propios e do seu

ralho vivem no exílio, como sempre viveram no seu país.

Descansem, pois, os taes políticos monarchicos que nem o *Correio*, nem a *Chronica Leita*, nem os srs. Alvaro Pinheiro Chagas, Annibal Soares e Joaquim Leitão, fazem ou farão diminuir em cinco reis sequer, as quantias que esses politicos por acaso pretendam reclamar como gorgêta pelo trabalho de garotos em que se occupam, provavelmente porque lhes não permite o egoismo e a falta de caracter, nem lhes consente a cordardia e a falta de convicções, que alguma outra façam a favor da causa a qual tudo sacrificaram os tres visados nas suas garotices.

Devemos dizer que taes garotices não surprenderam nem o sr. Alvaro Pinheiro Chagas, nem o sr. Annibal Soares, nem o sr. Joaquim Leitão, porque todos tres já tiveram, — desde o quasi completo isolamento em que se viram ao lançar a publico o *Correio da Manhã*, em seguida ao 5 de Outubro, — varias occasiões de verificar que a proclamação do novo regimen não teve, para a causa que defendem, a vantagem de limpar completamente o campo monarchico de alguns miseraveis que por elle vagaravam e dos quaes, infelizmente, nem todos se resolveram ainda a passar-se para a Republica.

E sobre o assumpto... temos dito.

O famoso assalto

Volta o nosso leitor constante a reclamar artigo indignado a respeito do assalto ao Club dos Restauradores, apontando-nos como exemplo o vibrante e altivo artigo do *Século* sobre o assumpto e citando-nos a attitude nobilissima da Imprensa que, com raras excepções, diz elle, verberou a incrível violencia.

Tenha paciencia o nosso constante leitor, mas ainda não conseguí d'esta vez fazer-nos vibrar de indignação, e por isso continuamos manifestando a mais completa indiferença pelo assalto de Manuel Lourenço Godinho e mais dos de seu bando ao Club dos Restauradores.

O que fizeram agora a esse Club tem-n'o feito elles, ou outros taes como elles, a varias residencias particulares, sob o pretexto de que n'ellas se occultam conspiradores, ou de que n'ellas se albergam thalassas.

Desde que se implantou a Republica dezas de casos como esse se tem dado, com a differença apenas de que em vez de serem as victimas jogadores do solo, da banca franceza, do burro em pé, da roleta ou da bisca lambida, tem sido honrados cidadãos odiados pela republicanagem, ou porque pretendam libertar o paiz de um regimen que taes violencias permite, ou simplesmente porque não admiram o sr. Affonso Costa e mais os seus socios e socios.

E não nos consta que o *Século* tivesse escripto qualquer vibrante e altivo artigo contra essas violencias, muito mais revoltantes ainda do que a que se fez agora contra o Club dos Restauradores, como não nos consta que, aparte a *Nação* e o *Dia*, em todo esse respeitavel Sagrado Tribunal que para ahi sentenciava diariamente, apparecesse qualquer gazeta que contra taes tropelias manifestasse um bocequinho muito pequenino que fosse de toda essa vibrante indignação que em todas ellas agora explodiu pelo assalto ao tal Club que, pelas razões apontadas no nosso ultimo numero, ou é de batoeiros ou é de maricas, o que o torna em qualquer dos casos muito pouco sympathico.

Mas ha mais, como o nosso constante leitor vai ver.

Esse Manuel Lourenço Godinho é, ou foi, como disseram os jornaes, comandante do batalhão de voluntarios de Outubro. Ora como varios illustres cavalheiros ho-j pertencentes ao Parlamento poderão informar, é como o poderão attestar certos briosos ornamentos do audaz exercito luso, pertenciam a esse valente batalhão os individuos que, em 8 de Janeiro de 1911, assaltaram as redacções do *Liberall*, do *Correio da Manhã* e do *Diario Illustrado*, destruindo todo o mobiliario e todo o material typographico, e crêmos não ser uma inexactidão o dizer de d'esse grupo de assaltantes faziam parte dois dos que foram agora intercomprados pelo paiz, e a batata dos senhores do Club dos Restauradores. Ora nós damos ao nosso constante leitor uma duzia de queijadas de Cintra e um pastel lito pastoso como um discurso do sr. Antonio José d'Almeida, se for capaz de descobrir em todo o Sagrado Tribunal d'essa epoca um unico artigo, uma unica local, que significasse outra coisa que não fosse applauso ou concordancia com a violencia que então se praticava.

A não ser a *Nação*, em Lisboa, e a *Palavra*, no Porto, nenhum outro jornaal diario teve palavrões de protesto contra esse assalto a tres jornaes.

As *Novidades*, por exemplo, que se publicavam então, e com a mesma direcção e a mesma orientação que hoje tem, e que se têm mostrado tão revoltadas, tão soffocadas de indignação por causa do assalto ao Club dos Restauradores, — as *Novidades*, diziamos nós, não só não protestaram contra o assalto a esses tres jornaes, a respeito do qual se limitaram a dizer, no momento... que o não approvavam, mas ainda descuraram á baixeza nunca vista, apesar de tudo, em jorna-

lismo portuguez, de no dia seguinte publicarem uma nova local dizendo que imprimindo-se o *Correio da Manhã* na machina das *Novidades*, esse jornaal não se tornava a imprimir n'aquella machina.

Quer o nosso leitor que nos associemos a uma imprensa que com tal baixeza procedeu quando foi do assalto pelo batalhão d'esse mesmo Manuel Lourenço Godinho ao *Liberall*, ao *Correio da Manhã* e ao *Diario Illustrado*, que tão vibrante de indignação, tão offendida, tão reciosa se mostra agora, em nome da liberdade, porque esse mesmissimo Godinho e mais a sua tropa assaltaram um Club qualquer onde ou jogavam algumas dezenas de batoeiros ou então algumas dezenas de maricas se deixaram roubar por dois ou tres patucos?

Então o nosso leitor constante quer que a gente vá associar-se nos seus protestos com uma imprensa que não protesta contra assaltos a tres jornaes e que se levanta em pezo protestando contra um assalto a um Club de batoeiros ou de maricas?

Não... Isso tenha paciencia o nosso leitor, mas não o fazemos.

A nossa indignação e os nossos protestos guardamos-os para os patentear e para os fazer sempre que se deem assaltos á jornaes, a presses, a cidadã's, que tem tido a desventura de não receber da maioria da imprensa portugueza as provas de consideração e de solidariedade que lhe tem merecido os batoeiros ou os maricas do Club dos Restauradores.

Foi uma violencia que se commeteteu? Crêmos que sim. Ou se tratasse de um assalto para roubar o dinheiro que havia no Club ou se tratasse de um assalto da policia repressora do jogo, a forma como aquillo se fez e os resultados que teve, foram violentos e indecorosos.

Mas muito mais violentos e muito mais indecorosos foram os assaltos que se fizeram aos tres jornaes a que nos referimos, que se tem feito ás residencias de pessoas suspeitas de thalassismo, que se deram aos carros que conduziam presos alguns conspiradores, que se praticaram em Caboceros de Basto e nos quaes foram roubadas varias importantes quantias, e como ainda ha dias se fez em Estuções conções de perversidade em S. Julião de Tojal.

E não vimos e não vemos que n'esses jornaes, cuja nobilissima attitude o leitor constante nos cita, explodisse — aparte a *Nação* e o *Dia*, falando apenas dos jornaes diarios, — contra taes miseraveis attentados uma tão vibrante e altiva indignação como aquella que os invadiu ao terem conhecimento do assalto ao tal Club dos Restauradores.

E inutil, portanto, o leitor constante continuar reclamando o tal artigo indignado e citar-nos a attitude do Sagrado Tribunal.

O Sagrado Tribunal procede como muito bem quer e nós procedemos como muito bem entendemos.

E tem succedido quasi sempre procedermos de modo diferente d'aquelle por que procede o mesmo Sagrado Tribunal.

Com o quê, humildemente o confessamos aqui, nos não envaidecemos, mas em todo o caso muito nos hauramos.

Em Moçambique

Conta o *Intransigente* que em Porto Amélia, provincia de Moçambique, esteve de visita uma canhoneira allemã e que pelos empregados da Companhia do Nyassa foi fornecida ao commandante do navio uma nota com a descripção do armamento, guarnição e posição dos postos militares.

Pergunta depois o *Intransigente* se o sr. ministro das Colonias sabe do caso.

Não sabe, não, senhor, porque se soubesse já tinha mandado mudar o nome ao Porto Amélia, por lhe parecer thalassa o nome.

E por ahí se ficaria, pois em toda a noticia do *Intransigente*, o sr. Almeida Ribeiro só seria de grave o ter o porto o nome da Mãe de El Rei.

Ao resto não ligaria importancia.

Então o *Intransigente* não conhece o sr. ministro das Colonias?

Suspensão de jornaes

Foi suspenso o *Syndicalista*.

Podiamos deixar de protestar, como o jornaal agora suspenso deixou de protestar tambem contra a suspensão de varios jornaes conservadores.

Mais ainda... Podiamos até felicitar o partido que o *Syndicalista* representa e as associações de classe n'elle interessadas, porque não vemos razão para suppor que lhes tenha sido desagradavel, quando dado com um jornaal seu, um facto que tanto lhes agrada quando dado com outros jornaes.

Mas protestamos e protestamos energicamente.

Não tem o *Syndicalista* que nos agradecer, e o nosso protesto não deve influir de qualquer maneira, quando voltar a publicar-se, na expansão da sua alegria se a navalha da lei nos vibrar alguma vez o mesmo golpe que lhe vibrou agora.

Logo de protestamos contra a sua suspensão não implica do modo algum o dever

da sua parte de protestar contra a nossa, se tão lamentavel facto se der.

Não protestamos por interesse, nem para lhe sermos agradaveis.

Protestamos porque se isto continua assim o sr. Affonso Costa dá com a Republica em terra, antes do sr. Antonio José d'Almeida subir ao poder.

E nós desejamos que o sr. conselheiro Antonio José d'Almeida seja presidente do conselho.

Desajonol-o, porque, sem um ministerio presidido pelo chefe do evolucionismo, o programma do espectaculo que a Republica tem dado ao mundo ficaria incompleto, pois ao numero sensacional dos cavallos aos pinotes em meio da arena, d'itaria de se seguir o numero hiliarante das palhaçadas pelos cloens da companhia.

Protestamos, pois, contra a suspensão do *Syndicalista*.

Desprezo

O sr. Affonso Costa disse ha dias no Parlamento que desprezava os garotos que guardam a correio em certa imprensa da provincia e os malandros que escrevem em folhas de papel.

Sempre desconfiamos que o sr. presidente do conselho tinha um grande desprezo pelos jornaalistas do seu partido.

O que não suppinhamos, ainda assim, é que o dissesse tão claramente enquanto estivesse no governo.

Justo é porém dizer-se que nem todos os jornaalistas do partido democratico são como os redactores dos dois jornaes a que Sua Senhoria está mais intimamente ligado.

Alguns são ainda piores.

Som intuito de lisonja o dizemos.

Perder tempo

O sr. Machado dos Santos, director do *Intransigente*, heroe da Rotunda, commissario naval com honras de capitão de mar e guerra e proveito de almirante, tornou publico o proposito de slajar quatro balas na cabeça de nosso estimavel collega, sr. Moreira de Almeida, ou de o pendurar pelo pescoco n'um candieiro de iluminação publica, se alguma potencia estrangeira, por instigações do brilhante jornaalista que dirige o *Dia*, transpuzesse as fronteiras portuguezas para collocar no throno de Portugal um rei, ou para tomar conta d'este cantinho da Europa, onde, apesar de tudo, e com extremo agrado o constatamos, ainda ha algumas pessoas que vivem sem ser no fundo dos carceres ou nas cellas da Penitenciaria.

Não somos felizmente dos que se deixam levar pelas primeiras impressões, e a extranha declaração pelo sr. Machado dos Santos feita de seu sinistro intento não nos fez perder o sangue-frio necessario para reconhecermos logo, que o illustre director do *Intransigente* não é tão sanguinario e tão feroz, que não tenha posto á sua terrivel ameaça uma condição que torna impossivel a execução do seu tetrico proposito.

Uma intervenção estrangeira só se poderia dar em Portugal se os elementos monarchicos não tivessem força para, na devida occasião, atirarem de pantanas com o sr. Machado dos Santos e mais todos aquellos illustres cavalheiros que Sua Senhoria, lá da Rotunda, atirou para a governação do paiz e que hoje, por si, não tem força, nem prestigio, nem autoridade para derrubar, embora todos os dias dê a entender que o vai fazer... no dia seguinte. Só n'esse caso a intervenção se daria pela impossibilidade que a Europa reconheceria então de fazer entrar na ordem este repugnante paiz, que está incommodando e aborrecendo toda a gente, com a sua falta de tino, com as suas selvagerias e os seus desparates.

Então sim, se nem mesmo quando vissem imminente essa intervenção, se nem mesmo quando sentissem muito proxima a queda do paiz no abysmo para que o impellem todos esses senhores que para ahi mandam e dispõem, se nem mesmo perante essa ameaça tremenda, os monarchicos, que são a grande maioria do paiz, sentissem a força e o impeto necessarios para varrer a feirã d'essa Republica que na Feira de Arseta teve o seu inicio, então sim, seria inevitavel essa intervenção, contra a qual poderiamos nós, monarchicos, protestar porque não a queremos, nunca a quizemos e nunca a pedimos, mas contra a qual não podem protestar os republicanos que essa intervenção estrangeira pediram, e que ainda hoje lá tem fóra como seu delegado e como seu propagandista o sr. Magalhães Lima, que, ao lê recentemente a noticia da execução dos bandidos da quadrilha Bonot e Gaminet, não terá deixado de se recordar do heroe, d'esses bandidos ligados, que, no tempo de João Franco, se encorregou de fazer chegar ás mãos das principaes personalidades lá de fóra, a circular em que o sr. Magalhães Lima pedia a intervenção estrangeira em Portugal, perguntando-lhes se não era tempo já dos governos europeus interverem nos negocios internos portuguezes.

Mas, felizmente, ha ainda em Portugal o brio bastante e o patriotismo e a força sufficiente da parte dos monarchicos para, chegada a devida occasião, levarem o paiz a sacudir toda essa republicanagem que, ver-

dadeiros parasitas, se lhe cravou no corpo a sugar-lhe o sangue.

Não ha-de pois haver novidade e a intervenção estrangeira não se dará, nem mesmo que os republicanos encarreguem do novo o sr. Magalhães Lima de a pedir.

E, portanto, não haverá occasião para que o sr. Machado dos Santos, demorando alguns momentos a sua partida ao encontro das forças europeas ou o seu embarque no primeiro paquete a sahir para o estrangeiro, se entregue ao sinistro divertimento de alojar balas na cabeça seja de quem fór ou de pendurar os seus condemnados nos candieiros da iluminação publica, que, de resto, modernamente tem uma forma que não facilita muito a execução da brincadeira d'esse genero.

Mas, com a devida venia, permitimo-nos observar que não vale a pena estarem todos os nossos illustres collegas a perderem tempo com lérias como essas de intervenções estrangeiras, que ninguém deseja, ninguém pede e todos, — a não ser os republicanos, — rejeitam; como essa de reis impostos pelos governos europeus; e como a de divergencias entre monarchicos sobre as pessoas que devem ser chamadas ao throno de Portugal, porque tudo isso são divagações com os quaes não vale a pena perder tempo, porque só quem estiver absolutamente cego ou fór absolutamente tolo, é que não vê, clara, nitidamente, o seguimento que as cousas vão tendo, e qual o resultado que ellas hão-de ter fatalmente, que a Ex.^{ma} Carbonaria, com o sr. Luz d'Almeida á frente, ou atraz, ou ao lado, o queira, quer não queira; ainda que houvesse, o que não ha, divergencias entre os elementos monarchicos de valor; e ainda que fosse possível, o que não é, aos republicanos sustar a fallencia estrocinosa e vergonhosa do regimen que o sr. Machado dos Santos, sem dar por isso, implantou e que o paiz, por distração, deixou implantar.

Com mais ou menos contorções, com mais ou menos caretas, o regimen actual tem de dar, mais dia, menos dia, o morgulho fatal no lameiro que os seus homens tem estado a juntar cuidadosamente, e ainda que, por algum tempo, se lhe veja o espervanar a asphyxia virá rapida e a filha da Feira de Agosto dará a alma, se é que a tem, a qualque creador do gado, que a mandará para o grano.

E então, El-Rei D. Manuel voltará a Portugal, que o receberá festivamente, e a Monarchia Portugueza continuará, apoz um interregno de alguns mezes, e a sua obra de rejuvenescimento da Patria, da consolidação e engrandecimento do seu dominio colonial, do estreitamento das suas relações internacionais e da sua regeneração, economica, financeira, social e politica.

E tudo isto se ha-de passar, se Dous quizer, sem complicação nem conflito de maior, apenas com dois ou tres ataques de nervos do sr. João de Menezes, um ou dois palavrões do sr. Brito Camacho, varias associadellas ás botas de certos nunca jámais em tempo algum assaz cantados audazes campeões republicanos, e sem que o sr. Machado dos Santos dispare a pistola.

Ora se todos nós, monarchicos ou republicanos, heroes do mar ou bichinhos da terra, militares ou pazanos, ricos ou pobres, carbonarios ou carvoeiros, religiosos ou livres pensadores, sabemos muito bem que ninguém, absolutamente ninguém, pôde já hoje evitar a queda da Republica e a restauração de El-Rei D. Manuel no throno de Portugal, para que ha-de estar o sr. Machado dos Santos a dizer falsamente que o sr. Moreira de Almeida quer a intervenção estrangeira, e o sr. Moreira de Almeida a dizer que a não quer tal, quando ainda ella não se dará, não porque essas duas illustres jornaalistas a queiram ou deixem de querer, mas porque a queda da Republica e a restauração da Monarchia são uma segura garantia para todos os governos europeus de que Portugal entrará n'um caminho de honrado e digno trabalho, que lhe permitirá mostrar ao mundo inteiro, que este pequeno paiz, pelo respeito de si proprio, se sabe impôr ao respeito dos outros.

Os presos politicos

Recebemos de um preso politico uma carta anabilissima com algumas considerações acerca de assumptos que de ha muito é nosso desejo tratar, mas que só hoje podemos comegar tratando.

Temos tido uma grande difficuldade em conseguir retratos de presos politicos e elementos seguros para a seu respeito fazermos as considerações e as noticias desenvolvidas que desejamos fazer, e taes difficuldades não as podem avaliar aquelles que ignorem as circumstancias em que somos forçados a fazer este seminario e a lucta que temos para conseguir os elementos que desejamos, e de que precisamos, para podermos fazer a historia das verdadeiras condições em que se deram varias prisões e em que tem decorrido a vida de muitos dos presos politicos.

Junte-se a isso o natural receio, por não lhes podermos fallar directamente, de commettermos alguma involuntaria indiscreção ou algum erro de informação que por acaso os possa prejudicar, o comprehender-se ha porque só hoje podemos iniciar a serie de artigos

que ha muito projectamos a respeito dos pro-
s políticos e a publicação dos retratos de
grande numero d'elles.

Dessejariamos bem que todos aquellos mo-
narchicos que nos pudessem fornecer photo-
graphias e informacões a respeito d'esses
pessos, o fizessem, facilitando-nos assim o
cumprimento do grato dever que temos de
prestar a nossa entusiastica e eterna
homemagen de admiracão e de respeito a
queles que tem sido victimas do odio estu-
pido e da cruel selvageria dos serventurios
de um regimen que, como tanta razào dizia
ha pouco El-Rei D. Manuel na sua entrevista
com o sr. Annibal Soares, pela crendida
procura manter-se, o que só fazem os go-
vernos que se sentem exccerados e inseguros.

Assim o trabalho tào difficil nas condições
em que o fazemos nos seria extremamente
facilitado e a nossa homemagen a esses que
tào nobremente estão soffrendo pelas suas
crenças e pelas suas convicções, seguiria
sem interrupção em artigos successivos.

Falla-nos esse preso politico de outro as-
sumpto, contra o qual o pômos a elle, e aos
seus companheiros de prevenção, pois está
constituindo uma especulacão da parte de
alguns monarchicos, que infelizmente ainda
se não resolveram passar para a Republi-
ca, e que passam o seu tempo a especular,
incitados pelos republicanos, com preten-
das divergencias, n'uma campanha de demoli-
ção que nem ao menos tem a explicacão
de uma sincera convicção de que possível fosse
aquillo que elles dizem desejar, pois elles,
talvez melhor do que ninguém, bom sabem
que em Portugal a situação só comporta
duas soluções: a continuacão da Republica,
o que é absolutamente impossivel pela fal-
ta de alguns monarchicos, que infelizmente
e pelas razões de caracter nacional e de
caracter internaciona que Ayres de Ornelias
tào brilhantemente tem exposto em alguns
dos seus artigos, ou a restauracão da Monar-
chia, pela nova aclamação de El-Rei D. Ma-
nuel, unico que o paiz reconhece como rei,
unico que o paiz como rei acclamára logo que
consiga libertar-se do jugo brutal a que está
sujeito, como foi o unico que acclamaram to-
das as povoações em que chegou a haver le-
vantamentos monarchicos.

Prender especular com suppostas diver-

gencias e tentar assim dividir e enfraquecer
as forças monarchicas, como ainda ha pouco
o fez o *Intransigente* attribuindo inexac-
tamente ao *Dia* tendencias *battenbergicas* e
como o têm feito outros jornas republicanos,
attribuindo aos migueлистов propósitos e di-
vergencias que n'elles, estamos certos, não
existem, desejamos como estão elles e como
estão todos os monarchicos de fazerem ter-
minar este doloroso periodo que em tanto
perigo tem posto o paiz, — é obra que só mo-
narchicos d'aquelles que queriam organizar
partidos de combinacão com o sr. Alfonso
Costa ou com o sr. Antonio José d'Almeida,
poderiam tentar para, como ha tempos disse-
mos n'um nosso echo, terem no momento
opportuno, para elles, elementos cuja sub-
missão negociassem.

Contra taa especulações, que os republi-
cianos, como se tem visto, incitam, preveni-
mos todos os monarchicos sinceros.

Ninguém mais que El-Rei D. Manuel tem
trabalhado para que a sua Patria entre n'um
periodo de felicidade, de paz e de prosperida-
de; e ninguém mais do que elle se tem intere-
sado e se tem preocupado com a sorte e
com a situação de todos aquelles que á causa
monarchica se tem sacrificado e por ella
tem soffrido.

Não o podem avaliar e não podem saber
completamente os monarchicos, como o não
póde saber o paiz inteiro, porque não é este
o momento de dizer tudo o que El-Rei tem
feito, tem suportado e tem trabalhado.

Varias vezes aqui temos dito que está por
fazer a historia monarchica d'estes tres an-
nos. Ha-de fazer-se, e quando ella se fizer a
todos justica se fará tambem.

Até lá, podem contar-se episodios, podem
fazer-se referencias a este ou aquelle facto,
prestar-se homemagen a este ou aquelle lu-
ctador, mas historia completa e inteira justica,
só quando a libertação do paiz fór um facto,
será possível fazer-se.

Deixem, pois, os monarchicos, e ao preso
politico que nos escreverem nos dirigimos, que
para ahí corram á solta boatos e phantasias,
que os republicanos inventam e que alguns
monarchicos espalham. Boatos só podem pre-
judicar... quando se acredita n'elles.

O melhor, portanto, é não acreditar em
nenhum.

A Segunda Incursão Monarchica

OITO MEZES NA GALLIZA

O ROMANCE D'UMA FUGA

fusão e empoça os escombros carbonizados,
espesinhando-os, reduzindo-os a lama.

Em povoações do partido de Bande viviam
essas horas de morte e de sinistro, quando
Antonio Graça bateu á porta do tenente Sa-
turio Pires, em Mogueiras. Já adeantada a
manhã. Já tinham batido as dez. Dentro da
casa, como fóra, não se sentia ninguém. Só
se ouvia a chuva na pedregulhagem da po-
voação. Fazia um frio d'abandono. Antonio
Graça tornou a bater; de dentro uma voz
estremebada perguntou:

- Quem está ahí?
- O Graça, meu tenente.
- O Graça...? Qual Graça?
- O Antonio Graça.
- Entre.

Antonio Graça entrou no quarto, Saturio
Pires procurou os óculos, por cima da cadeira
que tinha ao lado da cama, ás spalpadellas
de myopo. e apetrechado, das lentes recon-
heceu o visitante:

— Mas então tu...? Eu? Fazias-te na Peni-
tenciaria!

— Quem é que... está... na Penitencia-
ria, tenente? — respondeu, tonto de somno,
d'uma cama de ferro, ao lado, um homem
com o cobertor de papa até aos olhos.

— Acorde, seu Gonçalo! (ordenou Saturio
Pires. E explicou, para Antonio Graça): — É
o Gonçalo Meirelles.

Tambem Gonçalo Meirelles quiz saber co-
mo Antonio Graça estava ali, em Mogueiras.
— Ponha já para ahí esse folhetim, seu
Graça! (comandou o tenente Saturio) Quan-
to mais não seja para eu ter a certeza de
que és tu que estás em Mogueiras, ao pé da
minha cama e não sou eu e o Gonçalo que
acabamos de ir ter contigto á Penitenciaria.

Antonio Graça pediu que o deixassem
desenbaraçar da manta e do chapéu. Estava
encharcado. Baterá muito tempo á porta,
chegára a julgar que não havia fôlego vivo
n'aquella casa. E procurava uma cabida para
pendurar a manta.

— Ponsa ahí no chão. Cabides não ha.
Para não estragar as paredes com os pre-
gos... — explicou o tenente Saturio Pires.

Então, Antonio Graça sentou-se na borda
da cama, prompto a narrar.

— Antes de mais nada: tu entraste com o
capitão Lobo, pelas Beiras, na primeira in-
cursão, não entraste?

— Entrei.

— E depois?

— Depois, não podendo voltar para traz
fui para a frente.

— E como sahiste afinal de Portugal? Em
hydroplano?

— Por mar, n'um vapor que tomei em
Lisboa e me trouxe a Vigo.

— Lisboa? Tu vens de Lisboa? O Gon-
çalo, voltu está encarregado de me dizer se
eu estou acordado. (É o tenente Saturio
Pires voltou-se para Antonio Graça): mas tu
d'onde vens agora, para onde vares o que
vens cá fazer?

— Eu, de Vigo, fui para Verin, onde estou
ha um mez com o capitão Lobo. Agora, o capi-
tão Lobo sahii n'um missão especial, e eu,
d'accordo com elle, vim apresentar-me ao
tenente de Mogueiras.

— Está apretado. Deixa-me fazer um
cigarinho, e sou tudo ouvido... Cá está a
bolsa de tabaco, cá está o livrinho de mortai-
llhas... prompto! conte, conte que o teu
contar tem graça, seu Graça!

Disfarçados de mendigos, Antonio Graça e Vaz Preto atravessam estradas e povoações das Beiras

Antonio Graça ia a historiar a temeraria
incursão do capitão João d'Azevedo Lobo
pelas Beiras.

— Já se cá sabe! resmungou Gonçalo Mei-
relles.

— Conta os teus milagres e aventuras de-
pois que te separaste do Lobo — marcou Sa-
turio.

— Sabem que quando chegamos a Mon-
santo — perguntou o Graça — fomos ter a
um casinholo, onde deviamos encontrar...

— Sacos d'adubo chimico —, completou
Gonçalo Meirelles.

— Bem. Antes de entrarmos no casinholo,
o frio de que nos haviamos tomado durante
a noite fóra tal que nos deltamos ao sol.
Quando batemos á porta do dito casinholo,
um creado perguntou o que queriamos, e,
depois de saber quem eramos, recomen-
dando-nos que nos fochassemos por dentro,
perguntou para que íamos.

— Sabem que quando chegamos a Mon-
santo — perguntou o Graça — fomos ter a
um casinholo, onde deviamos encontrar...

— Sacos d'adubo chimico —, completou
Gonçalo Meirelles.

— Bem. Antes de entrarmos no casinholo,
o frio de que nos haviamos tomado durante
a noite fóra tal que nos deltamos ao sol.
Quando batemos á porta do dito casinholo,
um creado perguntou o que queriamos, e,
depois de saber quem eramos, recomen-
dando-nos que nos fochassemos por dentro,
perguntou para que íamos.

— Sabem que quando chegamos a Mon-
santo — perguntou o Graça — fomos ter a
um casinholo, onde deviamos encontrar...

— Sacos d'adubo chimico —, completou
Gonçalo Meirelles.

— Bem. Antes de entrarmos no casinholo,
o frio de que nos haviamos tomado durante
a noite fóra tal que nos deltamos ao sol.
Quando batemos á porta do dito casinholo,
um creado perguntou o que queriamos, e,
depois de saber quem eramos, recomen-
dando-nos que nos fochassemos por dentro,
perguntou para que íamos.

— Sabem que quando chegamos a Mon-
santo — perguntou o Graça — fomos ter a
um casinholo, onde deviamos encontrar...

— Sacos d'adubo chimico —, completou
Gonçalo Meirelles.

— Bem. Antes de entrarmos no casinholo,
o frio de que nos haviamos tomado durante
a noite fóra tal que nos deltamos ao sol.
Quando batemos á porta do dito casinholo,
um creado perguntou o que queriamos, e,
depois de saber quem eramos, recomen-
dando-nos que nos fochassemos por dentro,
perguntou para que íamos.

— Sabem que quando chegamos a Mon-
santo — perguntou o Graça — fomos ter a
um casinholo, onde deviamos encontrar...

— Sacos d'adubo chimico —, completou
Gonçalo Meirelles.

— Bem. Antes de entrarmos no casinholo,
o frio de que nos haviamos tomado durante
a noite fóra tal que nos deltamos ao sol.
Quando batemos á porta do dito casinholo,
um creado perguntou o que queriamos, e,
depois de saber quem eramos, recomen-
dando-nos que nos fochassemos por dentro,
perguntou para que íamos.

— Sabem que quando chegamos a Mon-
santo — perguntou o Graça — fomos ter a
um casinholo, onde deviamos encontrar...

— Sacos d'adubo chimico —, completou
Gonçalo Meirelles.

— Bem. Antes de entrarmos no casinholo,
o frio de que nos haviamos tomado durante
a noite fóra tal que nos deltamos ao sol.
Quando batemos á porta do dito casinholo,
um creado perguntou o que queriamos, e,
depois de saber quem eramos, recomen-
dando-nos que nos fochassemos por dentro,
perguntou para que íamos.

bresinhos, mas se tu tens um postal vestido
de mendigo, um comprô.

— Infelizmente, a certa altura tive de
abandonar o sacco, e perdi o facto de mendigo,
senão com todo o gosto tiraria um retrato.
Mas, como ia dizendo, saímos juntos da Serra
de Monsanto, o Vaz Preto e eu. Eram dez ho-
ras da manhã d'um bello dia de sol. Pelo ca-
minho, cruzamos com dois carroeiros, mon-
tados em burros, que, vendo-nos tão sujeitos,
nos tomaram por camaradas, e nos pergun-
taram: « O camaradas, vois seis de Medelin ou
de Monsanto? » « Sêmos de Monsanto! » res-
pondi eu. « Sabes se ha por lá carvão para
vender? » « A sorte, não sabendo o que havia de
dizer, respondi: « E Paraze me que chegaram
umas cargas!... » Mais adiante, passámos
por um dos feitores de Vaz Preto que o não
reconheceu, e só nos deu a salvação tradi-
cional das estradas de provincia. Foi uma das
nossas primeiras victorias: passar por uma
pessoa conhecida, sem sermos reconhecidos.
A jornada durou todo o santo dia: meia hora
ia um na burra, meia hora ia outro. Mas com
a caminhada da vespera, que já tinhamos
sua perna, desde a fronteira á Serra, por
uma esplendida noite de luar, chegamos es-
tafados e cheios de fome.

— E eu que me esqueci de te offerecer o
desaynaio! — atalhou Saturio Pires, impres-
sionado, como se o narrador ainda estivesse
curtindo aquella fome.

— Muito obrigado, eu já tomei leite.

— Pois, sim, mas de Verin aqui fizeste
bem jus a outro *desaynaio*.

E o tenente Saturio bateu as palmas, grito-
ndo:

— Pagem!...

Um rapazito dos seus treze ou quatorze
anos appareceu com uma bota e uma escova
de graxa na mão, e, dando com Antonio
Graça, saudou na humidade provinciana:

— Bons dias a V. Ex.ª!

— Traça um *desaynaio* para este senhor;
e, já sabe, na almocedaria rica.

— Sabêra V. S.ª que trago — respondeu,
rodando, o rapazito, em cujo olhar havia essa
esportezca que a necessidade desenvolve desde
cedo no destierado.

— Tu já não conhecias o meu «Pagem»?

— Não, não conhecia!

Então, Saturio Pires contou:

— Este rapaz é d'aquella de ao pé de Cha-
ves. Quando foi da primeira incursão, o pae
mandou-o saber do irmão que estava alistado
cá na columna. O rapazito veio vindo, veio vin-
do atraz da columna, sempre na nossa pegada,
mas quando chegava a uma povoação diz-
liam-lhe: « Saíram hontem á noite! » « Foram
esta manhã embora! » « Até que nos apañou
um porquieiros. Levei-o ao commandante que
o esteve ouvindo, e depois perdi-o de vista.

— Um dia, aqui em Mogueiras, já nem me lem-
brava d'elle, appareceu-me o rapaz encostado
ahí á humberia da porta: « Tu que estás aqui
a fazer, rapaz? » disse-lhe eu. — « Sou o ir-
mão d'um soldado que está na columna, por-
quanto perguntei a V. S.ª em Porquieiros. —
« E agora? » « Agora não quero ir para Por-
tugal... » — « Tens medo? » — « Saiba V. S.ª
que não. E' que já n'oi sr. Paiva Coscoveiro,
não deiço mais a columna. » — « Mas porque
não estás com o teu irmão? » — « O meu irmão
está com o genito de Verin, e eu então n'oi
querer. » — « Mas deixamos cá ficar, e facha-
rem-me o rapazito, achei interessante aquella
alminha de garoto, miniatura do nosso povo,
já com o fanatismo pelo commandante mel-
tido nos ossos, e appeteceu-me adontal-o. Mas
não o podendo sustentar, pedi licença ao
commandante para o alistar, o Concoiro
autorisou, e o rapaz ahí está abastado, é o
nosso impedido, o « Pagem ».

— Senhor tenente!... — respondeu do
corredor o rapaz, suppondo que o chamavam
— Já aqui va.

E entrou no quarto com o *desaynaio*.

— Esta almocedaria —, explicou o tenente
Saturio —, é o luxo cá da casa, a baixella
das visitas, o serviço de prata, o sofá.

Mas Antonio Graça não ouvia, muito in-
trigado com o « Pagem » que se collocára na
frente d'elle, calcanhares unidos.

— São as venias do estylo! explicou o te-
nente Saturio Pires.

O rapaz mesurou tres vezes, e sahii, dei-
xando o official e os ajudantes a rir, com
bom humor, da gravidade do « Pagem ».

E Antonio Graça, com a al. almocedaria em
cima do joelho, proseguiu:

— Ah! pelas nove da noite chegamos ao
término d'essa jornada. Vaz Preto ficou n'uma
freguezia, eu segui, na burra, para outra po-
voação proxima, onde tinha um amigo. Che-
gado a casa d'esse amigo, bati, o dono da
casa veio á janella, e não me reconheceu.
Como a visinhança estava por alli, a conversa
fôz portas, ao « Quem és? », respondi cá
de baixo: « Um amigo! ». O homem retirou-se
para dentro, tornou a assomar, com o fi-
lho, e eu disse: — « Ah! O Eugebio! Co-
nheciam-me a voz, e o pae mettendo-se
para dentro, disse, muito impressionado, para
a filha: — « Já sei quem és: és o Graça! Coita-
do! Tem misarrel!... » Assim que entrei na
sala de visitas, n'aquelle traje, não me souberam
dizer nada, tal a surpresa de me vê-
rem assim sujo, e andrajoso. Expliquei-lhes
então que era um disfarce; ficaram muito
contentes; fômos ceiar, e, depois de muitos:
« Pois é verdade! O sr. Concoiro foi feliz na
entrada... », dei-me a cansado.



Antonio Gagliardini Graça

Ajudante do capitão João d'Azevedo Lobo

As chuvas entraram por Janeiro. Se a luz
schistosa da região já é triste, o inverno
mais a agrava, e por alli tudo parece o
scenario d'uma catastrophe. As aguas da chuva
alagam os campos e os altalhos; só lá de
longe em longe se vê passar um vulto hu-
mano, a espinha dobrada ao temporal; e as
casetas improvisadas a pedra solta, de mal
com o prumo, negras da refração do schis-
to, negras pelo fumo, negras da chuva, dão a
impressão de que um incendio ou um terrá-
molto devastou o logarejo.

O fumo que sae pelo chaminé do telhado
não dá o meio signal d'um lar proximo,
mas a tragica suggestão do rescaldo d'uma
calamidade que passasse arrazando as pe-
dras e emmudecendo para sempre a creação.

Aquella chuva completava a desolação.
Era a chuva que segue na esteira maldita do
tufão e, sobre o devaste dos incendios, con-

A Igreja e o Editto de Milão

Recebendo ha dias os dirigentes das peregrinações francezas a Roma por occasio das festas com que na cidade eterna se celebra o 16.º centenario da publicação do Editto de Constantino, o Cardeal Amette, referindo-se á situação que a lei da Separação creou em França á Igreja, exclamava: «Oxalá um novo Editto de Milão possa um dia dar á Igreja essa liberdade á qual ella tem indeclinavel direito!»

Acontece que das disposições da medida legislativa tomada pelo poder civil ha 16 seculos ácerca da Igreja Catholica, haveria muita lição a tirar, na perseguição actualmente desencadeada contra o Catholicismo em França e especialmente entre nós, ácerca da situação da Igreja, quando e onde existia a verdadeira liberdade.

De facto, o celebre Editto de Constantino comprehende dois generos de disposições: garante por completo aos christãos a «liberdade de professar e seguir a sua creença» e reconhece á comunidade christã, á corporação, isto é, á Igreja, o direito de propriedade.

Em que termos eram dados e porque forma garantidos estes direitos essenciaes e basilares?

«Declaramos, são os termos do decreto, com deliberado e prudente conselho, que a *ninguém ha de impedir-se de abraçar a religião christã* ou «tra que lhe pareça, derogando com a presente as disposições tomadas a respeito dos christãos em rescriptos anteriores e estabelecendo pura e simplesmente que todos os que queiram «praticar o Christianismo o façam sem ser molestados ou maltratados.

«Tenham pois os christãos uma absoluta liberdade de praticar e seguir a sua religião, e o mesmo dizemos para assegurar a paz do Imperio, das outras religiões e seitas. Adorem todos e cada um a Divindade, como melhor entenderem, já que não é nossa intenção restringir nem coarctar de forma alguma as homenagens que Aquella tributem.»

Note-se desde logo e em geral o objectivo do Legislator: a paz do Imperio, o bem publico, a ordem, o sossego, a tranquillidade sem a qual não ha progresso nem trabalho possiveis. Essa afirmação lê-se logo no Preambulo do decreto: a liberdade religiosa é concedida para o bem da Paz Publica, para garantir a Segurança dos Cidadãos, até então injustamente molestados por causa das suas creenças. Essa liberdade implica pois ao mesmo tempo a tolerancia.

Tem sido de veras muito discutido o sentido d'essa tolerancia recommendada e ordenada no decreto.

Disse-se que os apologistas christãos dos primeiros seculos quando reclamavam a liberdade para a sua religião, o faziam já em nome da tolerancia, considerada como um direito natural; isto é, affirmavam e proclamavam como direito individual a liberdade de pensar, o que implica naturalmente tambem a de creença e portanto a da pratica da mesma creença.

Ha por outro lado quem affirme que essa explicação modernista, para assim dizer, o pensamento do diplomata; que a ideia romana, ao traduzir-se na expressão «não faltar ao respeito a qualquer religião» significava, não o direito do individuo a seguir a creença que professa, mas sim o direito da Divindade em ser respeitada nos seus fiéis. Tal era a tradicional politica religiosa de Roma, sempre acolhedora aos deuses dos vencidos, e assim o Christianismo entrava simplesmente como equal na accção de todos os cultos.

Seja qual for a explicação, e evidentemente não somos nós que temos autoridade para nos intrometter em tal

debate, o que é certo é a afirmação do principio, tendo por fim a paz publica, a união entre os cidadãos do Imperio. Isto é o que nos importa reter, por ser precisamente o contrario do que conseguem os legisladores de hoje quer em França quer entre nós. E a guerra, e a divisão na Nação é consequencia de se não aceitar nem reconhecer á Igreja a sua missão, nem portanto os seus direitos.

«A Igreja, affirmava ainda ha pouco eloquentemente Pio X ao receber a Peregrinação Milaneza (4 d'Abri), é um reino que não tem outro Senhor senão Deus e que tem uma missão tão elevada que não conhece limites. Não se póde por forma alguma admitir que o Reino das Almas esteja subordinado ao dos Corpos, que a Eternidade se torne instrumento do Tempo, e que Deus seja o escravo do Homem!»

Reconhecida a liberdade da Igreja, estabelecia Constantino o seu direito de Propriedade.

«Pelo que diz respeito particularmente aos christãos mandamos que, se os logares em que faziam as suas reuniões tiverem passado para o poder do fisco ou d'outros, em virtude d'anteriores disposições, sejam restituídos immediatamente e gratuitamente.... Sem demora sejam devolvidos esses bens ás comunidades dos christãos; e como esses christãos possiam, não como pessoas particulares, mas em nome das suas corporações ou igrejas, outros bens além dos mencionados, é nossa vontade que pelo theor do mesmo principio, sem dilações nem subterfugios lhes sejam tambem devolvidos.»

O alcance da medida de Constantino, é, como vemos d'esta citação, consideravel: não só repudia os confiscos feitos á Igreja nas anteriores perseguições, mas ordena e proceitua a sua restituição. Quando foi da Concordata de 1801, Napoleão recusou-se sempre a admitir uma tal restituição e a Santa Sé, tendo em vista a Paz Publica, obrigou-se n'esse documento a não perturbar por forma alguma os compradores e possuidores dos bens chamados *nacionaes*. Mas o que importa reter no diploma que analysamos é o direito de propriedade reconhecido e affirmado á collectividade christã, á comunidade. Esse direito era assim reconhecido á Igreja em geral, considerada de per si cada Igreja como uma *corporação de christãos*, isto é, uma *corporação cultural*. Não precisou o Estado reconhecer a Hierarchia ecclesiastica, não a mencionou sequer. Mas aceitou-a desde que ella, existindo, era perante elle um facto. E' ainda assim tal qual que procede a Lei de Separação brasileira, ou a Legislação Norte-Americana. Em nenhum d'estes paizes se procurou senão o que Constantino quiz dar ao Imperio — a *ordem, na qual firma a nossa clemencia o sustentaculo da tranquillidade publica*. — Quando pelo contrario, sob o nome de *Separação*, se disfarça, mal, a Perseguição, então procede-se como em França ou entre nós.

Como já notamos, o decreto de Milão é um acto do Poder Civil, acto unilateral, isto é, não é uma Concordata, mas tambem não tem caracter algum d'uma Constituição civil do Clero. O Poder Civil legisou no terreno que lhe compete, e não pretende regular o que era fóra do seu alcance. Não perseguiu, não coarctou, não restringiu. Tornou livre e proprietaria a Igreja, como uma associação de Direito Commum. Constantino não fez obra de reacção nem de declaração. Não era um sectario nem um theoric. Nem mesmo se tira do conteúdo d'esse seu decreto celebre conclusão alguma sobre a creença que elle pessoalmente professava. Pelo contrario, o diploma é publicado em nome dos dois Augustos, Licinio e Constantino. O pri-

meiro era pagão, e morreu pagão; Constantino reconhecia já dever ao Deus dos Christãos a victoria da Ponte Milvio, e morre convertido e baptisado.

Póde, pois, tomar-se a redacção feita em Milão, quando os dois Augustos ahi se encontravam na primavera de 313 e dividiam entre si o governo do mundo, como uma especie de compromisso entre a tradição pagã representada por Licinio, e o Christianismo que alcançava o seu direito de cidade, e cuja victoria era reconhecida depois de tres seculos de luctas heroicas. Era a victoria d'um direito novo, que o Christianismo reclamava desde a sua origem, e que triumphava com elle e com elle entrava no Direito Publico. Representa directamente a obra d'um dos politicos mais realistas e mais temporisadores que a Historia conhece: e é redigido com um tacto tão exacto das condições e um criterio tão bem equilibrado, que ainda hoje a Igreja não pretende mais, nem reclama outra coisa. Acima vimos como Pio X definiu a Missão da Igreja, e no mesmo discurso Elle reclama ainda para a Igreja o direito de propriedade, nos seguintes termos:

«A Igreja tem o direito de possuir, porque ella é uma Sociedade de homens e não de anjos; porque tem necessidade dos bens temporaes que deve á piedade dos fiéis. Ella deve conservar a sua legitima posse, para as necessidades do seu ministerio, para o exercicio exterior do Culto, para a Construção dos Templos, para as obras de Caridade, para viver e perpetuar-se até ao fim dos Seculos.»

E haverá que estranhar que a Igreja reclame ainda a Liberdade? ouçamos outra vez o Papa:

«A Liberdade existe para todos menos para a Igreja. Liberdade para cada um de professar o seu proprio culto ou de manifestar os seus systemas, mas não para o catholico exposto a perseguições e a insultos e que se vê privado d'aquellas funções ás quaes tem um direito agrado. Liberdade d'ensino, mas submettida ao monopolio dos governos que permitem nas escolas a propaganda e a defeza de todo o systema, de todo o erro, mas prohibem ás creanças até o ensino do catecismo!»

Liberdade d'imprensa, isto é, liberdade dada ao jornalista mais violento, mas negada ao jornalista catholico que, defendendo os direitos da Igreja, os principios da verdade e da justiça, é viado, chamado á ordem e assignalado a todos como adversario das Instituições livres e inimigo da Patria. A todas as associações, mesmo as mais subversivas, liberdade completa de fazer publicas e ruidosas manifestações; mas não saiam das Igrejas as Procissões catholicas, porque provocam os partidos contrarios, perturbam a Ordem Publica, e molestam os Cidadãos pacificos!»

Já leram quadro mais completo e tragado com mais eloquente vigor do que se passa entre nós? E não será indispensavel portanto um novo Editto de Milão?

Paris, Abri, 1913.

Ayres d'Ornellas.

Os bons tempos da tropa

(Absolutamente verídico)

— Ajudante!
— Prompto, Commandante!
— Traga o Registo Disciplinar referente ao n.º 1429...

— Sim, senhor...
E o ajudante voltou pelo gabinete dentro, com o grande Missal de baixo do braço. Pô-lo em cima da secretária, folheou-o com a facilidade com que um estudante de mathematicas manéja uma tabua de logaritmos e apresentou-o aberto ao velho Coronel.

Este, encavalitou as Lunetas no nariz,

franziu a testa, coçou a calva desesperadamente, molhou a penna e começou a correr o longo sudario...

— Bem bonito menino, não haja duvida... não haja duvida... O ajudante, o que me diz você á chronica d'este *mancebo*? Hein!

E o ajudante, aquiescente:
— Fortesinho, fortesinho... O tal sr. 1429 tem uma linda biographia.

— Ora veja, ajudante, ora veja... Que raio de castigo hei-de eu applicar a este diabo? Veja por ahi abaixo...

E começou lendo:
«2 dias de detenção — applicados pelo Commandante da companhia — por estar menos vigilante no posto de sentinella... — 4 dias de equal pena — idem por estar menos vigilante no posto de sentinella, no que já é reincidente.»

E o Coronel ia-se inflamando:
— Ora vá vendo...

E continuava:
«10 dias de detenção — applicados pelo Commandante do regimento — porque, estando de plantão aos *quarteis velhos*, foi encontrado a dormir, ás 2 horas da tarde, pelo sr. official de inspecção ao quartel.»

E commentava:
— O raio do homem, parece que nasceu a dormir... Vamos adiante:

«8 dias de prisão disciplinar — applicados pelo Commandante do regimento — porque, sendo encarregado do tratamento e conducção do boi que puxa á nára do quartel, foi pouco zeloso no cumprimento dos seus deveres profissionais, deixando a abogaria aberta, o que originou que o animal se soltasse e causasse danos de relativa importancia para a Fazenda Nacional.»

E o Coronel, com uma punhada na meza:

— Irra! Que isto é demais... demais. O ajudante leia lá essa participacão, que vem junta ao *Relatorio de Inspecção*.

E o ajudante leu em voz alta:

«Regimento de Infantaria n.º...

III.º e Ex.º Sr.

Participo a V. Ex.ª que o soldado Luiz Domingues, n.º 14-1429 da 2.ª companhia do 2.º batalhão d'este regimento, encarregado do tratamento e limpeza do boi, que puxa á nára d'este quartel, sahio hontem em seguida ao rancho da tarde, deixando a porta aberta da abogaria. Este lamentavel descuido deu causa a que o supra citado boi sahisse para a parada em grande correria, arremetendo com varias praças, que o pretendiam capturar e causando disturbios no aquartelamento e danos materias e phisicos não só em diversas dependencias, como n'algumas praças, que tiveram de bairar ao hospital, por ordem do sr. official de inspecção, com fracturas pelo corpo.

Quartel em Lisboa, 24 de Abri de 1887.

O sargento de dia do regimento,

José Felix

2.º sargento.

— Hein! Então o que me diz?
— Fortesinho! Precisa d'um correctivo exemplar.

— Ah! Lá isso já vai vêr... Olhe mande pôr na «Ordem»: «applico 30 dias de prisão disciplinar ao soldado F., por ser menos zeloso no cumprimento dos deveres a seu cargo, falta esta em que é reincidente.» E passem-o já a *prompto*... Já!

— Sim senhor, Commandante!
E o ajudante sahio pela porta fóra, gritando:

— Sargento ajudante!... O Alves!... Um artigo para a *Ordem*. Tome lá... 14 da 2.ª do 2.º passa já a *prompto*, por ordem do nosso Commandante. E' preciso pedir ás *companhias* a relação das praças que tratavam de

bois, lá na terra, para se fazer a *proposta*.

Mas, de dentro do gabinete, a voz rouca e imperiosa do Coronel, outra vez gritava:

— O' ajudante!

— Prompto!

— Olhe... Tenho estado a pensar... Eu — você bem o sabe — em questões de disciplina sou intransigente... — Sei perfeitamente...

— Pois muito bem... Esse tal *sr. boi* também me está *cheirando mal*... Já é reincidente em factos de igual natureza... Se tem vontade de pular, que vá para as lezírias. Boi de nóra tem obrigação de ser boi paçato. Que tal está o sujeito... E pensando um instante:

— Olhe... para que elle se não fique a rir, ponha-m'o também tres dias sem comer.

E, satisfeito, cofiava a pera monologando:

— Elles já devem saber o meu feito... Em disciplina sou intransigente, sou uma fera!

E o ajudante sahia, sem saber ao certo se o velho Coronel se referia ás praças ou... ao boi...

Mas o boi foi castigado, segundo rezam as chronicas...

Saturio Pires.

A Africa Portuguesa

Tambem figura em logar de destaque, na lista das accusações republicanas á Monarchia constitucional, a de esta haver causado a perda de parte importante do imperio colonial portuguez em Africa.

Como todas as suas congeneres, esta affirmacão é inteiramente falsa. Esse imperio colonial africano, hoje uma grande realidade, foi precisamente uma das mais bellas obras da Monarchia constitucional que o edificio na segunda metade do seculo XIX e principalmente durante o reinado de D. Carlos I. Exceptuada a região de Marrocos, o Portugal das descobertas e das conquistas não planejou talhar um imperio em Africa. Alvejuo melhor empresa commercial e maior gloria christã procurando senhorar o dominio mercantil do Oriente. Na Africa contentou-se, porque isso lhe bastava, com estabelecer numerosas *aguardas*, e algumas feitorias.

Depois de uma experiencia de quasi dois seculos haver demonstrado serem incooperaveis os sacrificios que a sustentação do Oriente impunha á exigua metropole, o Portugal da Libertação restringiu o seu plano colonial ao que lhe era mais util e pratico. D. João IV, depois de explicar (ao enviado francez, Mr. de Jant) que só continuava a fazer despesas de gente e de cabedanos com a India, movido pelo interesse da religião catholica que temia ver substituída pela dos herejes, juntava: «que se reputaria por mais «feliz se possuísse menos reinos remotos que «lhe eram pesados e se contentaria com o «Brasil, que intitulava a sua vacca de leite, «juntamente com o reino de Angola, as praças «de Africa, as ilhas dos Açores e Cabo «Verde.»

Ora quem, como nós, conheça o Brazil e a Africa, sabe bem que uma legua quadrada do riquissimo torção sul-americano vale mais do que todo um districto de Angola ou de Moçambique e dá carradas de razão ao habilitissimo soberano a cujas superiores qualidades de estadista Portugal deve a consolidação do movimento libertador do 1640.

Durante esta segunda phasa da nossa expansão, as possessões africanas, sob o ponto de vista economico, foram, como já está bem averiguado e repetidamente tem sido dito, simples succursaes do Brazil: fornecedoras de mão d'obra para a fazenda sul-americana.

Pardurou a sensatissima orientação até ao primeiro quartel do seculo XIX. Por essa altura explodiu de chofre em Portugal o destructivo petardo democratico e a sua congenita incapacidade politica causou-nos, immediatamente, a perda do Brazil.

Leia-se o relato do que se fez e disse na phantastica assembleia dos demagogos que a revolução do 1820, desprezando a tradicional representação nacional, creou ao geito do jacobino manequim francez, e logo se encontrará completa demonstração do que acabamos de afirmar e que Pinheiro Chagas, a quem ninguém apodará do reaccionario, confirma na sua Historia de Portugal, resumindo nas seguintes palavras a canal exploração exercida em um capitulo inteiro: «É certo, é «incontestavel, que foram as Cortes portu- «guezas que, mais do que ninguém, contri- «buíram para o descalce que teve a questão «brazileira.»

Mas a negregada machina infernal não se limitou aos estragos d'essa rotura; desentra-

nhando-se em gazes deletorios asphyxiou a nacionalidade durante mais de 30 annos, até 1854, com a suffocante fumarada de successivas revoluções e guerras civis. Liquidada essa contenda interna, no decurso da qual a sua funcção havia sido por completo paralyzada, a Monarchia orientou novamente o paiz no rumo dos seus primordiais interesses de expansão apostando-se em reconstruir-lhe um terceiro imperio colonial: então e á falta de melhor, sobre a base africana.

Não caberia nos limites de um artigo o escorço, sequer, d'aquillo que de facto era a Africa portugueza no meado do seculo XIX nem a resenha, tão pouco, dos innumerables esforços de toda a ordem que a Monarchia constitucional desenvolveu, durante 60 annos apenas, para a elevação de uma simples expressão geographica á grande e promettedora realidade que ella hoje é. Só á implicita lição dos numeros pôde traduzir, até certo ponto, essa grande obra constructiva realisaada em menos de duas gerações. De algarismos, pois, nos vamos socorrer.

São os orçamentos de receitas e despesas considerados como espelhos do grau atingido pela administração dos paizes. A luz d'este criterio temos a situação passada das colonias e o seu desenvolvimiento actual representados pelas seguintes verbas.

— Recitas de todo o Ultramar portuguez:

Em 1852 — 752 contos de reis
Em 1910 — 12.226 contos de reis;

multiplicação das receitas em 58 annos — *decezes vezes.*

Mas estavamos tratando especialmente das colonias africanas. Voltando a esse topico e restringido o exame a uma, para não alargar demasiadamente a exposição, escolheremos a provincia de Moçambique que melhor conhecemos, visto n'ella havermos servido durante 10 annos, em officios varios.

Em 1875 Moçambique inteiro tinha 248 contos de receita total e 1.636 contos de movimento commercial. Em 1909 as receitas attingiam já 5.429 contos de reis e o movimento commercial subia a 25.340 contos de reis.

Ha a notar que os numeros relativos a 1909 se referem apenas aos territorios administrados pelo Estado, os quaes não comprehendem nem os districtos de Manica e Sofala, confiados á Companhia de Moçambique, nem o de Cabo Delgado, entregue á Companhia do Nyassa. Com a adjução do trafico d'estas regiões o movimento commercial da provincia inteira eleva-se, para 1909, a 34.740 contos de reis, contra 248 em 1875.

Leonroy Marques, a cidade capital da colonia, que em 1838 abrigava 73 brancos, ostentava em 1909 uma população europeia de 4.653 almas, dois terços da qual é constituída por portuguezes; o seu movimento bancario, em 1906, era de 4.260 contos de reis; o seu caminho de ferro, no mesmo anno, transportou 111.000 passageiros, carregou 533.000 toneladas de mercadorias, rendeu 1.295 contos de reis e teve de saldo favoravel 431 contos de reis.

O movimento commercial entre as colonias e a metropole, que em 1831 era apenas de 4.000 contos de reis, subiu em 1910 a 27.000 contos de reis.

De 1900 a 1910 as colonias mandaram para a metropole 128.000 contos de reis de generos colonias, productos ricos que Portugal recebeu para o estrangeiro e pelos quaes recebeu ouro; durante a mesma decada as possessões ultramarinas compararam á industria e á agricultura da metropole mais de 70.000 contos de reis de manufacturas e de generos de alimentação.

Os factos são estes — e fallam por si mesmos, dispensando adjectivação eonoclastica. A sua lição traduz a ingente obra constructiva realisaada além-mar pela Monarchia constitucional: a feitura do nosso actual — e ultimo — imperio colonial.

Oxalá a nação, com despedir o obreiro, não perca o fructo do seu trabalho.

Eduardo Lupi.

As duas Escolas

Sustentava Thomaz d'Alencar, sacudindo a sua velha e ondeada juba, que todo o mal provinha «do Satanismo, do Naturalismo, do Bandalhisimo e outros esterquilinios em *ismo*...»

Para o poeta das *Vozes da Aurora*, a litteratura de Zola constituia simplesmente um assumpto que um homem de acção e de gosto não devia mencionar deante de senhoras. «Era outra coisa, meu Carlos, continuava elle, falando dos tempos que haviam presediado os *ismos*... Viviam-se. Não existiam esses ares scientificos, toda essa palhada philosophica, esses badamecos positivistas... Mas havia coração, rapaz!

Tinha-se faísca! Mesmo n'estas cousas de politica... Vê esse cliquero agora, essa malta de bandalhos... O cliquero então começava. Thomaz d'Alencar representava a velha tradição portugueza, classica, dos rouxinolos lyricos. E quando fallava assim, com estas melancolicas palavras, Alencar testemnhava um resentimento ercaciante: vê-se esquecido, posto de parte pela nova fé, o realismo, o positivismo, «a philosophia positiva do sr. Joaquim dos Mosarabes», como dizia Camillo. Alencar fallava em nome do sentimento. «Havia coração, rapaz!» Zola, o *tabou* realista, trazia, por seu lado, a sua theoria, o novo espirito, (que elle julgava ter creado e inventado tão completamente como o ferocissimo Jupiter creou Venus), n'estas concisas palavras: «a hereditariadade, dizia elle, com ares de propheta intransigente e de sábio ridiculo, a hereditariadade tem leis tão fataes, tão certas, como a gravitação universal!»

Dois homens, duas theorias, duas escolas... O que ficou de tudo isto?

Cincoenta annos depois, da obra de Zola só resta a parte romantica, a parte artistica. Da hereditariadade sabe-se sobretudo que pouco se sabe. O realismo, tal como na sua barafunda mental o concebeu o auctor de *La Débacle*, fallou miseravelmente. Alencar, por si, deixou alguns frescos versos, algumas phrases sonoras, um leve aroma de ingenuidade, — e não creio que a sua passagem na terra trouxesse aos homens qualquer mal. De Zola, ficou a falsa sciencia, e a par d'algumas paginas maravilhosas, livros inteiros de sordida grosseria. E uma coisa ha certa: Alencar representa sentimentos nobres de desinteresse; Zola foi o patrono de ideias, de theorias que em nome da Humanidade e da Razão, desenfreadam appetites formidaveis, egoismos sem nome. Enthusiasmos, fé, creanças, — tudo isso nada vale. Fiquemos nas cousas praticas. Um só desejo, um só fim: *vivre sa vie*. E para cumprir esse nobre ideal, esmaguemos tudo á nossa passagem, commettamos todas as violencias, todos os crimes, os maiores crimes, os crimes que produzem o cynismo, a dureza, os crimes que a lei não pune.

Sim, meus amigos, tenho por Thomaz d'Alencar uma doce terraura. Thomaz d'Alencar encarna, para mim, uma somma consideravel de sentimentos bons. O seu caracter era feito de candura. Quando elle nos dizia: *meu rapaz, meu filho*, estas palavras traduziam realmente um entrecarimento da sua alma. Thomaz d'Alencar tinha um generoso e sincero coração que transbordava muitas vezes em phrases um tanto convencionaes, — porque era tudo o que elle, na sua pobreza, podia dar.

Velho, conservava vigorosos enthusiasmos juvenis. Como os romanticos de 1830 que se bateram por *Hernani*, Thomaz d'Alencar aos setenta annos, não tinha vergonha de fazer doirdas loucuras por um verso. Quando n'um jantar, (em honra do banqueiro Cohen), amigos que representavam a escola dos esterquilinios em *ismo*, chasqueavam Portugal e pediam a invasão hespanhola, Alencar levantou este protesto: «Caramba, rapazes, só a ideia d'essas cousas me põe o coração negro! E como vocês podem fallar n'isso a rir, quando se trata do paiz, d'esta terra onde nascemos, que diabo! Talvez seja má, mas, caramba, é a unica que temos, não temos outra! E' aqui que vivemos, é aqui que rebentamos... Irra, fallemos d'ontra coisa, fallemos de mulheres!» E pôde ter-se as opinões que se quizer, do tom d'estas palavras sae ainda um bafajo de sympathica ternura. Outra virtude de Thomaz d'Alencar era a sua galanteria. Nunca, fallando com velhas amigas de quarenta annos, nunca affectou intimidades descabidas. Era polido com todos, com os grandes e com os

humildes. Gostava de agradar, de sentir em volta de si uma atmosphera benevolente. Thomaz d'Alencar era dotado de todas as qualidades que constituem aquillo que pirosicamente se chama «sentimento nobre»... Representava uma sociedade para quem o Pacha de Janina foi uma figura consideravel, uma sociedade cujo ridiculo consistiu em fazer loucuras *pour les prunes, pour le plaisir*, para a qual Valmont e a Marquiza de Merteuil eram a propria incarnação do mafarico. N'aquelle tempo faziam-se sacrificios por miragens. Amava-se com desinteresse, sem sopenzar primeiro a pesada sacca do dote. Havia o *traidor*, o *excecravel traidor*.

Hoje, todos esses sentimentos desapareceram, evoluçionaram.

Valmont é o homem habil. O sr. Abel Hermant canta os seus triumphos em livros perversos. O traidor estaca a cada esquina e ninguém o acha excecravel. Não ha amizades, laços fortes de familia e de honra, — porque o nosso amor estendeu-se á Humanidade... E assim, pouco a pouco, nasceu o reino pratico, o reino dos esterquilinios em *ismo*. As theorias utilitarias, o interesse vil que se desenvolveu e se procurou desenvolver no seio das sociedades, retrogradou-nos á ferocidade, á desconfiança, á dureza. Sentimentos de confiança mutua, de lealdade, principios? Historias... A vida é curta! E' preciso *viver*, com o grande! Antigamente, as barbas de um homem valiam dinheiro, — mesmo entre os pretos. Qual prestamista, hoje, em Lisboa, consentiria a emprestar a modica quantia de um quartinho sobre as barbas do sr. conselheiro Antonio José d'Almeida?...

Ah! Meu querido poeta, como tinhas razão!

Bem sei, bem sei... As *Flores do Martyrio* não são o que verdadeiramente se chama um livro de genio. Montaigne fez melhor em prosa, e Victor Hugo fez melhor em verso. A obra de Thomaz d'Alencar não é eterna. Mas, atravez d'ella palpita um coração bom. Acham pouco? Encontram outro tanto na obra de Zola? Zola deu o nome de Jesus Christo ao personagem mais repugnante da *Terra*. Jesus Christo rouba, viola creanças, pratica obscenidades, — o que é certamente muito divertido. Thomaz d'Alencar, a uma certa época da sua vida, vendo-se submergido, affectou ares de livre-pensador e de petroleiro. Mas, onde existe na sua obra um tal insulto aos simples que creem, para quem Jesus Christo representa uma ideia nobre, um coração no qual se encontram e se refugiam muitos seres infelizes?

Meu querido Thomaz d'Alencar, como tinhas razão! Não eras, sem duvida, isento de defeitos. Gostavas de comer bem e de beber melhor. Eras um pouco theatral. Mas com que saudade lembro a tua boa figura! Foi por volta de 1900 que te conheci, na tua casa dos arredores de Lisboa. No dia em que te fui apresentado, tratel-te por Excellencia. E tu, n'um gesto largo:

— Guarda a Excellencia para os barbeiros, meu rapaz! Trata-me por tu ou por tio Alencar.

E depois, affirmando-te na avantajada estatura de um outro dos teus conviados:

— Meu C... filho, já sabia que pela familia a que pertences eras alto, mas por ti só, é parente do Altissimo...

— Ao jantar, contaste-nos historias de caça. Com a tua caçadeira ao hombro, a tua grenha romantica, as tuas botas altas, tinhas um bello ar. Fallaste depois dos teus amigos. Dizias: «um dia, Rebello da Silva contava-me que... uma vez que eu descia a Calçada do Combro, com Alexandre Herculano, um individuo disse ao Mestre uma gallegada. Agarrei uma saca...» Ao café, com um capinho de velha e rara aguar-

dente, — « que te tinha dado o meu Manuel, — bebeste á saúde de todos os nossos parentes, um por um.

Dizias, levando o copinho ao coração: « Meu C. á saúde de tua mãe e minha senhora... » « Z. á saúde de teu tio, o meu Guilherme... » Por fim, fizeste um grande brinde, um discurso. E fallaste bem, com fogo... Todas as senhoras, á volta da tua meza, choravam de ternura, com lagrimas que sabem bem. Cava-

lheiresco, feliz, terminaste assim, designando os grandes olhos da mais nova das tuas convidadas:

— Não continue por que já vejo alli duas lindas rosas pretas orvalhadas... Meu querido Thomaz d'Alencar, como eras bom! Com o teu coração, as tuas ingenuidades, os teus ridiculos, valiam mais que o talento dos outros!

C. Frazão Pacheco.

AS CADEIAS DA REPUBLICA

O Padre Avelino de Figueiredo



Padre Avelino de Figueiredo

Não, nós não esquecemos os presos políticos monarchicos, nem sobre a valia dos nossos mortos cresceu ou crescerá a herva do esquecimento.

As bocas, que a morte gelou nos campos de Chaves, não se fecharam, não emudeceram; são ellas que prégam a resistencia, são ellas que protestam, são ellas que gritam, são ellas que clamam!

Nas mãos algemadas dos presos políticos monarchicos tremia a nossa bandeira. Ninguém os esquece, os nossos corações estão com elles.

Se uma palavra de solidariedade que lhes chega ao carcere os mitiga e compensa de muito horror, de muito sacrificio, e os salva de enlouquecerem n'aquella tortura, uma noticia que lá de longe em longe, d'elles vem aonde a nós, é uma alvoroçante alegria, porque nos affirma que a masmorra ainda lhes não tirou a vida.

Tudo o que d'elles vem é um relicario. Suas Magestades El-Rei D. Manuel e a Rainha Senhora Dona Amelia tem cada um seu anel a que querem como a sua melhor joia.

É um anel de chumbo, que tem gravadas por um preso politico monarchico as armas reaes portuguezas, e as iniciais de Suas Magestades.

Gravado na prisão, o anel foi beijado por todos os presos políticos que ao tempo estavam n'esse carcere, e mandado a SS. MM. Essa enternecida lembrança é guardada, e fallada, pelo Rei de Portugal e por sua Augusta mãe, com grata emoção.

Sonegados, encarcerados, manietados, despojados da liberdade e arruinados nos interesses como na saúde, os presos políticos monarchicos são todavia os verdadeiros agitadores, a verdadeira força, que impulsiona e que atenta.

Não ha muito que algum escrevia estas linhas: — «...tenho por vezes impetos de me affastar para muito longe e para sempre, mas lembro-me dos presos e dos mortos e logo me arrependo ».

E, na verdade apesar de todos os desgostos, esse homem fica, leal e fiel aos presos, grato e fiel aos mortos.

Quanto a nós, que de ha muito andamos habituados a ficar ao pé dos vencidos em 4 de fevereiro de 1908, como em 5 de outubro de 1910, nunca pensamos em demorar uma hora sequer a homenagem grata aos que, por trabalharem pela liberdade de todos, perderam a sua.

Desde janeiro que pedimos documentação para esta secção, desde março que n'estas columnas a annunciamos; pois só agora, nos foi dado haver á mão os retratos d'alguns presos e uns breves traços do seu martyrio.

Se o carcere tem uma communicação pessoal precária, não é melhor servido o exilio onde O Correio tem redactores.

E, por nós calculamos a quasi impossibilidade em que o partido monarchico se vê de levar a cada preso a affirmação da sua solidariedade.

Quanta, mas quanta vez S. M. El-Rei D. Manuel exclama:

«Potesse Eu percorrer as cadeias, os fortes, os presidios e os Penitenciarios, vêr um por um os nossos presos!»

Nunca um Rei invejou mais o popular anonymo e obscuro que se debruça sobre a enxerga do encarcerado amigo, e tem ao menos a dolorosa alegria de o vêr de o acompanhar, de o abraçar.

Como nem mesmo a nós, simples mortaes, esse direito nos é dado, d'aqui vamos abraçar todos os presos políticos monarchicos, em espirito, a todos vamos levantar o nosso prelo.

O Paiz ficará conhecendo os que por elle se tem exposto e batido, e os nossos presos ficarão assim com esta prova de que os não esquecemos no infortunio.

A desgraça engrandece igualmente os homens; a nossa solidariedade não conhece distincções, nem o carcere as permite.

Ilustres ou obscuros, os nossos presos são de nós igualmente presados. São os nossos irmãos, são o Povo Portuguez, são Portugal mesmo encarcerado e perseguido.

Começamos hoje pelo Padre Avelino de Figueiredo, porque foi com elle que a Republica começou as suas perseguições.

Os outros virão, sem preferencia nem distincção, conforme a documentação nos chegar primeiro ou depois.

* * *

O Padre Avelino Simões de Figueiredo de 36 annos, filho legitimo de Manuel Ferreira de Figueiredo, e Maria do Nascimento, natural de S. Felix, concelho de S. Pedro do Sul, beneficiado e mestre de ceremonias da Sé Patriarchal de Lisboa, morador em Lisboa. Pateo Alfonso de Albuquerque 7-3.º. Direito.

Está preso ha 24 longos e penosos mezes, com mais 8 companheiros, um dos quaes está tuberculoso, e outro bastante doente. Entrou no Linceiro a 27 de março de 1911. A 7 de setembro seguinte foi para o segredo 5, onde esteve 16 dias, sendo 11 a agua e pão. Por causa tinha uma taboa, que do manhã lhe tiravam, por banco a lage fria e humida, e para beber tinha que fazer conha das mãos. Durante 8 dias pediu medico porque estava gravemente doente e não conseguiu resultado algum, apesar do regulamento preclular a obrigação do medico ir aos segredos todas as vezes que reclamam a sua presença.

Em 24 de novembro foi para o Presidio da Trindade, d'onde voltou em 30 de março ultimo bastante doente.

Esteve communicavel 8 dias. Accusaram-o de esob as suas ordens e instruções se fazerem alliciações para uma revolução monarchica. A sua ordem de prisão em 20 de março de 1911, era por ser o instigador da greve geral de 20 de março de 1911. De grevista passou a sua accusação á de conspirador. Junto aos autos já existem documentos alguns dos quaes passados por autoridades republicanas, que patenteiam claramente a inmandade da accusação e a sua falsidade. Não o deixaram apresentar testemunhas contraditorias, no tempo em que a lei o permitia.

Subtrahiram do seu processo o depoimento d'uma testemunha, que inutilizava a accusação. Fiziram-lhe uma busca a casa em 20 de março de 1911.

Lavraram um auto de investigação, rubricado e assignado pela autoridade e varias pessoas. D'esse auto se via que nada de comprometedor lhe encontraram.

Pois tal auto não existe hoje no processo. Em compensação o denunciante Antonio Luiz Horta, veio dez mezes depois da sua prisão, participar que na busca feita em casa do Padre Figueiredo e a que elle não assistiu, se encontrou uma carta comprometedora, (pag. 217), que não junta ao processo, porque se extraviou!!!

Em 30 de janeiro de 1912 é mandada intimar a testemunha a que se refere o denunciante, (testemunha cujo depoimento desapareceu). Esta testemunha nunca sahira de sua casa, e não foi intimada, mas em compensação existe nos autos um documento em como não foi encontrada!!!

O processo, apesar do Padre Figueiredo e os companheiros serem os primeiros presos políticos, só recentemente foi julgado.

Passou do tribunal de excepção das Trinas para o 2.º districto criminal de Lisboa. Devia ser julgado em 12 de julho ultimo, mas tendo-se dado a segunda incursão realista, a lei que criou os tribunales marciais tinha effeito retroactivo (!) e foi abrangido estando preso havia 16 mezes.

Sabendo que o procuravam, e não temendo as accusações, apresentou-se á autoridade. Quando entrou na cadeia, ainda Paiva Couceiro não pensava em combater a Republica. Muito tempo depois é que elle foi para Hespanha.

A 6 de abril corrente, o martyrisado Padre Avelino de Figueiredo escrevia-nos nma carta em que se lê estas laudas:

«Linceiro, Grupo A — 6-4-913.

«Meu carissimo amigo:

«Amanhã vou entrar na Penitenciaria de Lisboa por ordem expressa do ministerio da guerra. A minha transferencia foi esperada porque tenho recurso pendente e sou dos que foram condemnados ha menos tempo.

«Ha presos condemnados ha muitos mezes que ficam no Linceiro. Eu sou a fera, tenho de ser enjaolado.

«Entre na Penitenciaria com o espirito tranquillo e calmo.

Seu muito amigo,
Padre Avelino de Figueiredo.

P. S. — Não posso lêr os jornaes, por isso peço que me guarde a collecção do «Correio».

No dia 7, contaram os jornaes, que o Padre Avelino de Figueiredo ao transportar o curto tractado da porta do Linceiro para o carro cellular que o transportou á Penitenciaria, erguera vivas á Monarchia, vivas a El-Rei D. Manuel, a que os outros presos politicos corresponderam d'entre as rexas dos carcereiros.

O que é que esperavam esses jornaes: que o Padre Figueiredo saltasse vivas á Republica?

O Padre Figueiredo e os presos politicos monarchicos estão dispostos a perder a saúde, a vida, mas não a honra.

Duas Patrias?

Tem a emigração portugueza crescido em proporções assustadoras, desde o advento da Republica.

Sob a frieza dos quadros estatisticos, onde successivamente se vae consignando a intensidade d'esse phenomeno social, — quantas tristezas humanas se occultam, quantos soffrimentos, quantos dramas intimos d'almas açoutadas, como vimes sem defeza, pelo sopro agreste de lastimosas penurias physicas, e d'abatimentos moraes, torturantes e profundos.

Quanto terá custado, a muitos dos que fogem, cortar, com as proprias mãos, essas doces fibras, que prendem o coração, como a hera se prende, aos muros do seu recanto natal. Quantas duvidas, quantas hesitações, quantos temores!

E em face d'essa lista temerosa de cento e tantos mil, embarcados de facto n'um anno só, pôde bem imaginarse que extensão enorme terá a lista parallela, e decerto incomparavelmente maior, d'aquelles outros, cujo espirito, povoado aliás pelos mesmos phantasmas do desalento, não teve ainda a força sufficiente para impellir o corpo ao passo decisivo da viagem de longo curso.

Como os da primeira lista, expatriados são tambem estes da segunda lista, embora vivendo ainda sobre o chão da sua Terra. Expatriados dentro da Patria, como a maioria da gente portugueza na hora actual.

A Republica fabricou a sua Patria particular, deixando de fora a «Outra». É quiz, depois, com desprezo completo por uma opinião publica que nunca regularmente consultou, consubstanciar-se com o Paiz, esmagando a «Outra» sob os azorragues da sua Intolerancia demagogica.

Mas as Patrias são immortaes, mesmo nos ferros da oppressão, e a «Outra», portanto, cada vez está mais viva.

O culto que não pôde expandir-se por fora concentra-se no foro interno da maioria dos espiritos. As Vestes não dormem, e o fogo não se apaga.

É evidente, todavia, que em taes

condições, o Patriotismo considerado como cimento da cohesão nacional, illigando os Individuos entre si, e ao Estado, — quer dizer o Patriotismo activo da Collectividade Constituida, tende a obliterar-se.

Tende a obliterar-se, porque estará, talvez, acima das forças humanas sentir affeições sinceras por um Estado, que, nas suas cupulas directoras, se revela com o aspecto d'um orgão de Policia, ponto convergente d'informações confidenciaes affluindo dos seus «nucleos de vigilancia», e esparsos por toda a parte. (Vide a reportagem do recente Congresso d'Aveiro, transcriptos nos jornaes).

«Nucleos de vigilancia», que é como quem diz, em portuguez menos figurativo, «Agencias de delação»

E tende a obliterar-se porque a mutua confiança é o laço que unifica as inclinações, e os esforços individuaes, e não pôde haver mutua confiança, quando a denuncia floresce com alvarás d'instituição official e meritória.

? Onde estará, pois, o bloco solidario da Nação, se nem existem attrações da periphéria para o Centro, nem attrações das moleculas entre si?

Não. Bloco solidario não o temos. Temos sim, muito pela inversa, uma «Massa em desagregação», — uma «Cousa a esphacelar-se».

Não queremos remexer na chaga, mas a chaga ninguém n'a desconhece.

Perante um espectaculo d'esses, — quasi, — senão completamente, — o espectáculo de um *fin* que se aproxima, — parece que deveria o respeito, e a consciencia da gravidade do momento, levar-nos, todos, a despir Corças e a despir barretes phrygios, e, com a simples cabeça de portuguezes, sem mascaras nem insignias, com a simples cabeça lusa, nua, e expostas ás brisas frescas do Senso Commum, e da lealdade sem pensamentos reservados, — procurar, e pôr em pratica, os meios para que não prosiga desagregando-se a «Massa em desagregação», para que não continue o esphacelamento da «Cousa a esphacelar-se».

Justiça, Raciocinios, Direitos, com frequencia, os Homens os pizam aos pés. Suffocarem o proprio Instincto da Conservação, succede menos vezes. Mas tem-se dado o caso, conforme o está demonstrando no momento o partido republicano, á testa dos destinos portuguezes.

Gravou a Republica, nas taboas de bronze dos seus versiculos fundamentaes, o Dogma de que a Patria portugueza, e ella, Republica, formavam um Todo, inseparavel, e indivisivel, consolidado, *per omnia secula seculorum*, nas mesmas Finalidades de Vida ou de Morte.

Dogmas não se discutem, e este, além d'isso, falta-lhe uma condição essencial para que pessoas serias se deem ao trabalho de discutilo.

? Lembra-mos, — no entanto, os leitores, do juizo de Salomão, quando, sobre um Filho unico, se litigavam duas allegações de direitos maternaes?

«Antes se esquiteje a creança, do que eu ceda aquillo que me pertence,» — assim fallava a falsa Mãe

Querera a Republica imitala?

Henrique de Paiva Couceiro.

Carta de Lisboa

Esta carta hoje tem de ser uma resenha resumida de uns poucos de factos importantes succedidos durante a semana, graças ao impulso omnipotente do sr. Affonso Costa, a quem os correligionarios chamam já o novo Czar, e a cuja vontade todos se dobram e curvam reverentes e submissos. E ha razão para isso. A sua audacia desdobra-se em ha-

bilidades, com uma velocidade que assusta. Surge na Camara dos Deputados o problema do jogo, e elle põe a sua pasta e a dos collegas na reprovação do projecto. Quer dizer: Essa questão que a dentro do seu partido, e ainda na assembleia do Congresso de Aveiro, que é seu, era apenas uma questão aberta sobre a qual se dividiam as opiniões, passa a ser para o parlamento uma questão politica, de vida ou de morte para o ministerio, e os seus correligionarios arrumam na gaveta a sua opinião, e rejeitam o projecto por inoportuno. Mas o partido unionista, que assegura a vida ministerial com o seu apoio parlamentar, esse, com o sr. Camacho á frente não quer saber da declaração do Presidente de Ministros e vota pelo jogo; e o sr. Antonio José d'Almeida, chefe dos Evolucionistas, que são a opposição, declara aos correligionarios que o problema é um simples ponto de administração, e elles votam todos á carga cerrada pela regulamentação, deixando sózinho o seu chefe a votar contra, isto é, a votar com o sr. Afonso Costa, que a transformára em questão politica. Já se viu, alguma vez, embrulhada maior?

Mas a rejeição do projecto não liquidou a questão, adiou-a apenas. Em breve, voltará ella no Congresso, mais accesa talvez que nunca, a julgar pela furia do senador auctor do projecto, o sr. Thomaz Cabreira, a quem o sr. Afonso Costa mandou dizer pelo Mundo, que, se fosse ministro, não temeria tanto no projecto! E entretanto va-se preparando o caminho para o inquerito á Ilha da Madeira annunciado na carta do sr. Ribeira Brava, que no Funchal se publicou e photographou, com grande indignação do seu signatario, que declarou no parlamento ter-lhe sido roubada, o que prova que o exemplo seguido pelo sr. Afonso Costa e pelo Mundo com as cartas roubadas de um official da marinha, ajudante de El-Rei, e dirigidas a um amigo, fructificou como todos os exemplos... mais!

Accrescenta-se já que esse inquerito será feito de visu pelo proprio Presidente do Ministerio, que será acompanhado na viagem pelos deputados do Funchal, mal feche o parlamento, isto é, em fins de Maio, ficando a revisão da lei da Separação para depois, o que o paiz tem ainda de lhe agradecer, porque lá disse elle, da janella abaixo do seu ministerio, á turba multa do livre pensamento, que essa lei teria de sahir do parlamento mais forte. A força n'este caso é synonymo de perseguição. Traduzida a phrase, quer dizer que, se os catholicos julgam que as camaras podem deitar algum remendo em tudo o que de iniquo, de absurdo e de ultrajante tem a lei, enganam-se: aquillo já não tem concertos!

Está certo! Porque em materia de perseguições, não poderia arranjar-se politica mais correctea e augmentada. Tudo se sophisma, tudo se inventa e tudo se corrompe, programmas antigos solemnemente annunciados, leis preparadas para lançar poeira nos olhos, respeito pelas opiniões alheias, pela liberdade de consciencia e de pensamento, a todo o momento apregoadas nas trombetas da grey a dez reis... avulso. A demissão do illustre director do Dia, o sr. Moreira de Almeida, de consui na disponibilidade é a ultima e a mais typica, por se tentar imprimir-lhe toda a apparencia legal. E que lei fosse, nem por isso esse acto deslustraria menos os ministros que o praticassem, porque no fundo — para que necessario tanta ficção que a ninguém engana! — elle não é senão uma mesquinha e vil vingança! Mas vejamos em meia duzia de linhas a questão legal.

O Ministerio dos Estrangeiros fez assignar pelos funcionarios d'elle dependentes uma declaração em que pela sua honra como cidadãos e como funcionarios se compromettem a defender a Patria e a Republica, com a aggravante de terem sido cortadas antes da

Republica as palavras as leis da. Ou porque acceitassem a formula como mera formalidade sem importancia, ou porque não reparassem no que de absurdo ella continha, a grande maioria d'esses funcionarios assignou-a, destacando-se apenas tres ou quatro, cujos nomes se citam, que se insurgiram contra tal imposição absolutamente illegal! E é illegal por um motivo muito simples: porque os termos da declaração para os empregados publicos estão indicados no decreto lei de 18 de Outubro de 1910, apoz a proclamação da Republica cuja constituição politica diz no n.º 2.º do seu artigo 3.º que *ninguém é obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude da lei.*

Não ha nada mais claro, e se alguma demissão se devesse dar n'este caso não seria a do sr. Moreira d'Almeida que está dentro da lei, mas a do sr. Antonio Macieira que abusou do poder, sabindo fóra d'ella.

Mas quem quer saber da lei, n'este regimen? A lei... é o sr. Afonso Costa!

Quarta-feira 23.

Raul.

SEMANA MUNDANA

Um pouco de tudo

—Passa hoje o anniversario do nosso querido amigo o illustre redactor de O Correio, sr. Joaquim Leitão.

Não o esqueceram os seus amigos — que são muitos — e essa lembrança aqui lhe deixamos expressa, envolta nas saudações que á nossa redacção trouxeram — para que lhas enviássemos — os seus admiradores sinceros.

—Esteve no Porto o sr. D. Antonio de Siqueira Freire (S. Martinho). — Encontra-se em Roma, acompanhado da sua esposa, a senhora D. Maria Amelia Burnay de Macedo Sande e Castro, o sr. Dr. Francisco Paes de Sande e Castro.

—Chegou da Paris o sr. Visconde de Saccavem.

—Regressaram a Portugal os senhores Condes de Mousaraz.

—Tem passado ligeiramente doente, o nosso excellentissimo amigo, D. Francisco Cabral.

Concurso hippico

Como estava marcado, realison-se no domingo, no campo do Bessa, uma festa hippica, offerenciada pelo Centro Hippico.

Os camarotes e bancadas estavam repletas, dando um aspecto elegante o conjunto de distinctissimas toilettes das gentis senhoras, vendendo-se alli a nossa alta sociedade.

Ganhou a taça disputada entre os srs. Alberto Cardoso de Menezes (Margarida) e Joaquim d'Araujo Rangel, este ultimo, no seu cavallo « Paddy ».

Entre a assistencia, lembra-nos ter visto as senhoras:

- Condessa de Castro, do Bettoncourt e filha D. Maria Adelaide, e de Alpendurada, D. Henriqueta d'Almeida Viterbo e filha D. Virginia, Viscondessa de Francos, D. Maria José Saldanha da Gama e Vasconcellos, D. Elisa do Figueiredo Cabral e filhas D. Julia, D. Magdalena e D. Maria do Carmo, D. Maria José Guedes d'Albuquerque e filha D. Maria, D. Maria d'Almeida e Brito, D. Laura Madureira de Magalhães Ribeiro (Gandara) e filha D. Maria Amelia, D. Ignaz de Carvalho Pereira Cabral e irmã D. Maria José, D. Maria dos Prazeres Palma de Vilhena e filha D. Maria Claudia, D. Lucinda Ferreira e filha D. Lucinda, D. Isaura Rocha Leão Sá Sotto-Mayor Pinto, D. Mathilde Telles de Menezes Roma Machado e filha D. Paulina, D. Julia de Moraes Paiva, D. Beatriz de Paiva Coutinho e Lemos e filhas D. Maria Carolina, D. Leonor, D. Branca e D. Isabel, D. Theresza Silva, D. Theresza Silva de Vasconcellos Porto, D. Elisa Costa Lima, D. Maria de Sousa Rego e filha D. Maria Amelia, D. Beatriz Rego Machado, D. Maria Celestina Costa Allen Teixeira, D. Emilia Allen Archer, D. Helena Woodhouse Sá Passos, D. Maria Isabel Woodhouse Kendall, D. Engenia e D. Maria Luiza de Broderode Woodhouse, D. Camilla de Broderode, D. Leonor de Castro e Silva, D. Maria Ascenção e D. Maria João da Cunha Lima (Pesqueira), D. Isabel Maria Córte-Real, D. Anna Pereira da Cunha de Menezes Lemos Ferreira, D. Sophia de Serpa Ferreira e filha D. Maria, D. Maria Theresza Ferreira Machado, D. Mécia e D. Maria Constança de Magalhães, D. Roseira e D. Alda Ferraz, D. Sophia de Meireles e Vasconcellos, D. Maria Filomena de Mello Aragão, D. Sophia de Mello Peixoto, D. Arminda Cardoso de Menezes (Margarida), D. Maria José Archer, D. Camilla de Castello Branco Cardoso e filha D. Camilla, D. Luiza da Fonseca Mourão e filha D. Maria Luiza, D. Laura Judith Mourão, D. Clementina de Madureira (Ancão), etc., e os snrs.:

Conde de Castro, Visconde de Francos, Manuel e Francisco d'Albuquerque Pereira e Caçeros, Antonio Jorge d'Almeida Coutinho, Alberto e Alvaro Ayres de Gouveia, Arthur Pinheiro d'Aragão, José da Cunha Lima, Primo de Sá Sotto-Mayor, Manuel Wan-Zeller, Francisco Palma de Vilhena, Afonso da Silveira Thomado, Luiz Wan-Zeller Cabral, Carlos Roma Machado, Ruy da Cunha Monizes, João d'Albuquerque Pereira e Caçeros, Luiz e Francisco de Figueiredo Cabral, Luiz da Cunha Monizes, Dr. Bernardo e João Paulo Aragão, Fernando Ferreira de Brito (Ermita), Dr. Antonio Humberto Mandos Correia, Carlos Costa Allemão Teixeira, Eduardo Lopes Malheiro, Joaquim Ayres de Gouveia Allen (Villar d'Allen), Antonio Bernardo Ferreira, Francisco Wan-Zeller Cabral, Luiz de Broderode Woodhouse, Luiz Guedes Brandão de Mello, Dr. Carlos Rego, Miguel Palma de Vilhena, Luiz T. de Menezes Acoianoff, Froderico de Ancão, Luiz Viegas, Ruy de Castro Ferreira do Brito (Ermita), Alvaro de Paiva, Arnaldo Vieira de Castro e Oliveira, José Cardoso de Menezes (Margarida), D. Manuel de Serpa Ferreira, Eduardo de Serpa Ferreira, Dr. José Córte Real, Camillo de Castello Branco de Carvalho, João Faria, Conselheiro Leopoldo Mourão, Agostinho d'Azevedo Melrelles, José Sarmento de Beires, etc.

Consultorio Homœopathico

— DO —

Dr. Antonio de Carvalho

Medico da enfermaria homœopathica do Hospital Geral da Misericórdia do Porto, com pratica nos hospitales homœopathicos de Paris, etc.

Doenças do coração e Clínica Geral.

Rua da Boa Hora, 7 (Residencia) Das 12 ás 2 da tarde

O Cinematógrafo

PUBLICAÇÃO SEMANAL

por JOSÉ AGOSTINHO

Cada opusculo 50 reis

O Cinematógrafo é a critica austera e irónica da vida politica de Portugal

Éis o sumário do 1.º numero:

Primeira fita — O doutor Teófilo e o doutor Camacho. — Dois ódios em conflito. — Tres cançonetas nos intervalos.

Segunda fita — No congresso. — Dois grandes senadores. — Ministros que revolucionam a Moral. — Os velhos parlamentares estadistas.

Tercera fita — O governador de Moçambique — O congresso de Aveiro — A conferencia no Porto — Apoio... á China. — Quadros vários.

É, como se depende do sumário, uma bella sessão de cinematógrafo e barata. Fitas de flagrante actualidade.

O Cinematógrafo encontra-se á venda nas principaes livrarias e kiosques.

Deposito geral: Livraria Portuense de Lopes & C.ª — PORTO.

Safu já o 1.º numero.

PERFUMARIA BALSEMÃO

Rua dos Retrozeiros, 141

TELEPHONE, 2-777

LISBOA

PERFUMARIA FINA

Praça de D. Pedro, 101

LISBOA

Recebeu novo sortimento de essencias finas para o lenço e banho, sabonetes e pós de arroz finissimos, boa agua de Colonia Florida e preparados garantidos para o cabelo, dando a cor natural; sortimento de elixires, pasta e pós dentificios.

Annuncios

O Realista

SEMENARIO MONARCHICO PORTUGUEZ

— DO —

RIO DE JANEIRO

Principaes collaboradoras:

- Alvaro Pinheiro Chagas
- Cons. Fernando Martins de Carvalho
- D. José Paulo da Camara.

Artigos frequentes de Ayres de Ornellas, Eduardo Lupi, Henrique de Paiva Couceiro, Luiz de Magalhães, Saturio Pires, etc., etc.

Assigna-se:

Em LISBOA: na agencia do semanario monarchico O Correio: — Largo de S. Paulo, 12.

No PORTO: na administração de O Correio: — Rua de Passos Manuel, 177-1.º

Em PARIS: na agencia do O Correio: — 6, Rue Duban.

Preço da assignatura por um anno:

3\$000 reis fortes, ou 15 francos.

A cobrança pelo correio importa em mais 100 reis fortes ou 50 centimos.

FLORES

Para modas, de laranja, ramos, cordões, preparos para fillos, artigos religiosos.

MAISON S. JOSEPHE

Rua Augusta, 233

AOS MONARCHICOS

Tenho em deposito grande variedade em papel de carta com facha azul e retrato de Sua Magestade El-Rei D. Manuel II, lapis azul e branco, berloques para pulseiras, argolas para guardanapos com a linda bandeira azul e branca, botões para punhos, passe-partouts com retrato e bandeira, chatelaines, lindos distinctivos com bandeira e retrato, photographias em ponto grande com retrato de Sua Magestade El-Rei D. Manuel II e do Senhor D. João de Almeida.

Grande variedade em Postaes com os ultimos retratos de Suas Magestades a Senhora D. Amelia e o Senhor D. Manuel II, Sua Alteza o Principe D. Afonso e os snrs. Azevedo Coutinho, Ayres de Ornellas, Dr. Annibal Soares, Alvaro Chagas, Paiva Couceiro, Dr. José A. C. Branco e muitos outros artigos.

PREÇO COM GAANDE DESCONTO AOS REVENDEDORES

Todos estes artigos pagam os direitos alfandegarios com ordens superiores; por essa razão não podem ser apprehendidos, pois são objectos de mero commercio.

PEDIDOS A

J. Monteiro Pereira

Rua do Loureiro, 72 — PORTO

SALÃO PARISIENSE 75-Galeria de Paris-77

Esta casa acaba de abrir a estação de verão com uma completa coleção de chapéus modelos comprados pessoalmente nas melhores modistas de Paris e muitos outros confeccionados n'este atelier.

ESTOFOS, MOVEIS E TAPETES

Deposito de capachos de côco e pita

Carvalho & Figueiredo

409, Rua do Sá da Bandeira, 409

(PARTE NOVA)

Em frente ao Bolhão

PORTO

Magalhães & Moniz, L.^{da} LIVRARIA EDITORA

Depositarios da Imprensa Nacional

Venda de livros nacionaes e estrangeiros de ensino, arte, sciencia e lettras.

Agencia de assignatura para todos os jornaes e publicações.
Correspondentes em todo o mundo.

II, Largo dos Loyos, 14—PORTO

CASA FUNDADA EM 1862

EMPRESA NACIONAL DE NAVEGAÇÃO

PARA A COSTA

OCCIDENTAL D'AFRICA

Sahidas em 7 de cada mez:

Para a Madeira, S. Vicente, S. Thiago, Principe, S. Thomé, Landana, Cabinda, Ambriz, Loanda, Novo Redondo, Benguella, Mossamedes e para S. Antão, S. Nicolau, Sal, Boavista, Maio, Fogo, Brava, Bolama e Bissau; com baldeação em S. Vicente.

Sahidas em 22 de cada mez:

Para S. Thiago, Principe, S. Thomé, Cabinda, S. Antonio do Zaire, Ambrizette, Ambriz, Loanda, Novo Redondo, Benguella, Mossamedes, Bahia dos Tigres e Caboandel; para Fogo, Brava, Maio, Boavista, Sal, S. Nicolau, S. Antão e S. Vicente, com baldeação em S. Thiago.

Para carga e passagens trata-se no escriptorio da Empresa

RUA DO COMMERCIO, 85—LISBOA

Recommendamos as excellentes e magnificas PENNAS

D. CARLOS I e D. MANOEL II

em bonitas caixas com artisticas photographias de Suas Magestades

Fabricação exclusiva dos fabricantes ingleses **D. LEONART & C.^o**

Vendem-se nas boas papelarias de Portugal.

Cimentos

NACIONAES

E ESTRANGEIROS

FOR GROSSO

Vantagens excepcionaes para grandes fornecimentos e contractos annuaes, etc.

J. WIMMER & C.^a
LISBOA.



COMPAGNIES
DE NAVEGATION

SUD-ATLANTIQUE

Linha postal. Para Rio de Janeiro, Montevidéu e Buenos Ayres, com escala por Dakar.
A 6 de Maio o paquete *La Gasogne*.
A 20 de Maio o paquete *Burdigata*.

Linhas commerciaes. Para Pernambuco, Rio de Janeiro, Santos, Montevidéu e Buenos Ayres, com escala por Dakar.
A 23 de Maio o paquete *Samara*.
Para Bahia, Rio de Janeiro, Santos, Montevidéu e Buenos Ayres, com escala por Dakar.
A 14 de Maio o paquete *Liger*.
Para Bordeaux.
A 7 de Maio o paquete *Divona*.

K. H. Lloyd (Mala Real Holandéza)

Para Rio de Janeiro, Santos, Montevidéu e Buenos Ayres.

A 28 de abril o paquete *Frisia*.
A 19 de Maio o paquete *Zeelandia*.
Para Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro e Santos
A 3 de Maio o vapor *Ametland*, (só recebe carga)
Recebendo passageiros de todas as classes.
Para Vigo, Boulogne, Paris, Dover, Londres e Amsterdam.
A 29 de Abril o paquete *Zeelandia*.
A 21 de Maio o paquete *Hollandia*.—Recebendo passageiros de todas as classes.

Linha Cyp. Fabre & C.^o

Para Providence e New-York, e mais cidades dos Estados Unidos da America do Norte com escala por S. Miguel, Terceira e Fayal.

A 26 de Abril o paquete *Roma*.
Recebendo passageiros de 1.^a, 2.^a e 3.^a classe.
Para Marselha.
A 4 de Maio o paquete *Germania*.
Recebendo passageiros de todas as classes.
Preço das passagens em 3.^a classe para New-York, Boston, New-Bedford, etc., quarenta e dois mil reis e para S. Francisco da California, Libras 22-0-10.

Para carga e passagens e mais esclarecimentos trata-se com

OREY ANTUNES & C.^o

NO PORTO

Largo de S. Domingos, 62-1.^o

EM LISBOA

Praça Duque da Terceira, 4.

COMPANHIAS DE SEGUROS

La Union y el Fenix Español
de Madrid

Union Maritime de Paris
Mannheim de Manheim

Seguros sobre a vida, incendio, explosão de gaz, de machinas, raio, rendas em caso de incendio, maritimos postaes e transportes de qualquer natureza.

LIMA MAYER & C.^a

R. da Praia, 59-1.^o—LISBOA

Dr. M. Forbes Costa

CIRURGIÃO DOS HOSPITAES
Antigo assistente das clinicas de Paris,
Berlim, Londres e Vienna

Doenças genito-urinarias,
venereas e syphiliticas

Diagnosticos e tratamento da syphilis pelos processos mais modernos, especialmente pelo salvarsan (606) e neo-salvarsan.

Praça da Liberdade, 124-1.^o

DAS 2 ÀS 5 HORAS

Telephone, 143